

Nota Premiada Bahia chega a 1.132 ganhadores em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos | Foto: Elói Côrrea | GOVBA

A campanha de cidadania fiscal **Nota Premiada Bahia**, do **Governo do Estado**, encerrou o ano de 2020 com 1.132 contemplados, isto é, um número de ganhadores três vezes maior que de 2019, que foram 313 contemplados, representando um aumento de 260%, mesmo com a interrupção de três meses durante a pandemia de Covid-19, nos sorteios da Loteria Federal.

Desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

Enquanto que, no começo da campanha, eram apenas

dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador **Rui Costa** para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. 'A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

Desde o lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos no www.notapremiadabahia.ba.gov.br, que eram 526 mil em 2019 e agora são mais de 580 mil.

Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 523 entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br

e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Loteria Federal

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante terá direito, no máximo, a 45 bilhetes, equivalente a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for

de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 45 se alcançar R\$ 2 mil, chegando ao teto estipulado para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Nota Premiada Bahia chega a 1.132 ganhadores em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A campanha de cidadania fiscal **Nota Premiada Bahia**, do **Governo do Estado**, encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a **Nota Premiada Bahia**. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador **Rui Costa** para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. 'A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano

tivemos bem mais contemplados que na fase anterior', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**.

Desde o lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos no www.notapremiadabahia.ba.gov.br, que eram 526 mil em 2019 e agora são mais de 580 mil. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 523 entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A partir do

cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Loteria Federal

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante terá direito, no máximo, a 45 bilhetes, equivalente a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 45 se alcançar R\$ 2 mil, chegando ao teto estipulado para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.

Nota Premiada Bahia encerrou 2020 com número de ganhadores três vezes maior do que em 2019

Para os trabalhadores do setor cultural da Bahia a campanha de cidadania fiscal nota premiada a baía do **governo do estado** encerrou dois mil e vinte com o número de ganhadores três vezes maior.

Em dois mil e dezenove foram trezentos e treze contemplados e em dois mil e vinte foram mil cento e trinta e dois ganhadores.

O aumento expressivo de mais de duzentos e sessenta por cento aconteceu mesmo com a interrupção de três meses durante a pandemia nos sorteios da loteria federal que servem de base para a nota premiada.

O crescimento se deve a ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares desde dezembro de dois mil e dezenove os prêmios mensais foram re distribuídos.

Passando a ser contemplados noventa participantes com dez mil reais e um participante com cem mil reais para participar da campanha basta fazer o cadastro não sabe.

Leiam dáblío dáblío ponto nota premiada Bahia ponto ba ponto gov ponto BR a **secretaria da administração** publicou nesta quarta feira.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAEB, Secretaria da Administração | SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | Casa Civil - Captura Enterprise R&TV - Governo do Estado da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Nota Premiada Bahia chega a 1.132 ganhadores em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

QUINTA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 2021

22 cidades contam com religamento de energia elétrica na Bahia

Convênio de R\$ 6 milhões garante ações de revitalização da Bacia do Rio Salitre

Com investimento de R\$ 6 milhões, a Bacia do Rio Salitre, localizada no centro-norte baiano, será beneficiada pelo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas. O convênio, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), tem o objetivo de desenvolver, até 2022, ações hidroambientais e sociais para a região, com intervenção direta em Jacobina e Mirangaba, e indireta nos municípios de Juazeiro, Várzea Nova, Ouroilândia, Umburanas, Miguel Calmon, Morro do Chapéu e Campo Formoso. Estão previstas a implantação de estruturas de controle de processos erosivos; recomposição da vegetação natural; construção de sanitários sustentáveis em comunidades rurais; implantação e/ou

recuperação de unidade de beneficiamento de produtos da socio biodiversidade local; e ações de extensão rural. 'Vamos ampliar a disponibilidade hídrica, a cobertura florestal, a proteção de nascentes e áreas de recarga, bem como beneficiar comunidades rurais, com saneamento rural e apoio na produção e beneficiamento de produtos locais', explicou o coordenador do projeto e técnico da Sema, Tiago Brasileiro, lembrando ainda que o próximo passo será se reunir com as Prefeituras Municipais de Jacobina e Mirangaba.

O secretário do Meio Ambiente, João Carlos Oliveira, destacou que as ações propostas pela parceria visam proteger os recursos hídricos tão escassos na Bacia do Rio Salitre, ao mesmo tempo em que fortalece a produção da socio biodiversidade das comunidades locais. 'As intervenções de preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais na região irão melhorar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os diversos usos, beneficiando principalmente comunidades tradicionais, moradores da zona rural, pequenos agricultores, irrigantes, usuários de recursos hídricos e operadores de sistemas hídricos da região', completou o secretário.

A Coelba segue com o plano de implantação do sistema Self-Healing, tecnologia moderna de automação de redes, que a partir de religadores instalados em pontos estratégicos da rede de distribuição, permite recompor o fornecimento de energia em apenas 60 segundos. O sistema desenvolvido pela própria concessionária já atendia 56 municípios baianos e, entre os meses de agosto e dezembro, foi instalado em mais 22 cidades baianas e ampliado em vários bairros de Salvador. Entre as cidades que receberam o sistema recentemente estão Andaraí, Uauá, Ribeira do Pombal, Itiúba, Senhor do Bonfim, Salvador, Campo Formoso, Ouroilândia, Jacobina, Cícero Dantas, Amargosa, Ilhéus, Caldeirão Grande, Dias D'Ávila e Riachão das Neves. São mais de 59 equipamentos com a tecnologia instalados na rede elétrica dos 22 municípios, nos últimos cinco meses, e ligados diretamente com o Centro de Operações Integradas (COI) da distribuidora.

A tecnologia recompõe o fornecimento de energia elétrica automaticamente, no menor tempo possível. Quando uma árvore cai em cima da rede elétrica, por exemplo, e interrompe o fornecimento de energia, o sistema já identifica o ponto onde houve a interrupção, isola somente a área afetada e recompõe o fornecimento de energia automaticamente a todos os demais clientes impactados. Um restabelecimento que antes poderia levar cerca de uma hora e meia entre identificação e religamento por uma equipe técnica - agora, pode levar apenas 60 segundos para ser concluído. A ampliação da instalação do

Bate - rebate

Nota Premiada Bahia chega a 1.132 ganhadores em 2020

A campanha de cidadania fiscal **Nota Premiada Bahia**, do **Governo do Estado**, encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a **Nota Premiada Bahia**. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados. No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador **Rui Costa** para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. 'A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior', ressalta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. Desde o lançamento da **Nota Premiada Bahia**, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do estado, totalizando 1.132 premiados.

Self Healing na rede de distribuição reforça o compromisso da empresa com a qualidade do fornecimento de energia elétrica. Neste ano, a Coelba seguiu fornecendo energia dentro dos parâmetros de qualidade determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O projeto faz parte das iniciativas da Coelba para adequação ao conceito de Smart Grids (redes inteligentes), nova tendência mundial na distribuição de energia elétrica.

Por: Flávio Ricco ~ Colaboração: José Carlos Nery

'Gênesis' terá um lançamento especial no próximo 'Domingo Espetacular'

'Gênesis', nova novela da Record, terá uma estreia bem tranquila, no dia 19, se considerarmos que as suas três primeiras fases foram gravadas antes da pandemia. E os trabalhos reiniciados em outubro, mesmo com cuidados, seguem em ritmo dos mais satisfatórios. Todo o elenco em ação. A maior exigência, como toda produção dessa natureza, é sempre com a sua pós-produção, a edição daquilo que é gravado em estúdios e externas com os efeitos especiais. Nada diferente do que aconteceu em 'Os Dez Mandamentos', 'Apocalipse', 'Rico e Lázaro' e tantas outras. Uma tarefa sempre essencial. E, agora, no caso de 'Gênesis', diante das dificuldades do momento atual e especificidades da sua realização, entre elas um elenco com mais de 200 pessoas, a direção da Record optou por não realizar coletiva de imprensa. O seu lançamento, com o selo 'Gênesis Especial', se dará neste próximo 'Domingo Espetacular', com participação de seus diretores, atores e jornalistas convidados.

Números impressionantes Em relação aos trabalhos da Stock Car este ano, a direção da Band espera repetir a mesma equipe do 'aquecimento' de dezembro, final da última temporada. Luc Monteiro na narração, comentários de Reginaldo Leme, reportagens de Thiago Fagnani e apresentação de Paloma Tocci.

tudo indica tem história

Antonio Pitanga é o convidado do 'Persona' deste

domingo, 21h, na TV Cultura. Alguém com muita história, fala da sua trajetória pessoal e profissional, Cinema Novo, racismo, entre tantos outros assuntos. Depoimentos de Zezé Motta, Othon Bastos, Ney Latorraca e Silvio Guindane.

Case de sucesso

Após a tão bem-sucedida experiência com Vivi Guedes, interpretada por Paolla Oliveira em 'A Dona do Pedaço', a Globo deu sinal verde aos seus autores de novelas para continuarem criando ações especiais e ampliarem a inserção de marcas no contexto da trama. Isso deverá se repetir em várias outras produções. 'Verdades Secretas 2', entre elas.

só uma

O fato de o SBT manter apenas Ricardo Mantoanelli na sua teledramaturgia, e não mais contar com Reynaldo Boury por lá, tem a ver com a ideia de tocar apenas um horário inédito de novelas. E tudo, depois da vacina.

alô, alô

A Rede TV! está praticamente em férias, só com o seu jornalismo funcionando normalmente. Até aí, nada diferente. Mas continuar com o chapeuzinho do Papai Noel no logo, em pleno janeiro, aí já não dá. O mundo andou. Alguém precisa tirar.

nova série

A série 'Ameaça Invisível', de Ingrid Zavarazzi, prevista para estreiar ainda este ano na Record, vai investir também em informação, por meio da professora Ayla Huovi, mestre em Educação pela Universidade de Helsinque e também formada em interpretação (finlandês- português). Todas as suas cenas, portanto, gravadas na Finlândia, onde mora e trabalha.

record tv) tv tudo lista enorme

'Gênesis', além de um elevado número de atores, movimentada cerca de 8.500 fi-

gurantes e 1.040 dublês. A cidade cenográfica, dividida em vários núcleos, ocupa um total de 11 mil metros quadrados, com 16 construções externas e 66 cenários nos estúdios. largada A próxima temporada da Stock Car, principal evento do automobilismo brasileiro, terá início em 28 de março.

Sobre as recusas de famosos para o 'BBB21', caso do cantor Gustavo Mioto, vale lembrar que a equipe do programa trabalha sempre com muita antecedência e margem de segurança. Além do plano b, tem o c, d...

Na TV aberta, pelos próximos 5 anos, tem a Band como dona dos direitos e com uma

forte aposta em seus resultados.

A ampliação da instalação do Self Healing na rede de distribuição reforça o compromisso da empresa com a qualidade do fornecimento de energia elétrica

? 'Fuzuê', novela do Gustavo Reiz, em sua estreia na Globo, faixa das 19h,

mesmo para 2022...

? . . Assim como ficou também definido que a direção será de Leonardo Nogu ? José Carlos Machado, um dos destaques de 'Gênesis', gravou uma partic

ção especial na série 'Ameaça Invisível'.

Nesta quinta-feira, às 23h50, tem NBA na Band... ... Denver Nuggets x Dallas Mavericks, com narração de Ivan Bruno e come

tários de Danilo Castro e Álvaro José...

... Eduardo Barão fará as reportagens, direto de NY. E a partir de sábado, voltam as transmissões ao vivo de partidas do Novo B

quete Brasil na TV Cultura...

? ... Bauru Basket x Basquete Unifacisa, no Ginásio
Antônio Prado Júnior, em

Paulo, às 16h, terá narração de Gil Arruda e
comentários de Cadum.

? Hoje, no Rio, novo encontro do RH da Disney com um
grupo de funcionário

Fox Sports, para se chegar a um acordo sobre as
demissões.

C'est fini

A área de Humor da Globo enviou para o comando de
Entretenimento o 'piloto' de um novo programa semanal.
Como próximo passo, aguardar a avaliação e possíveis
ajustes.

se aprovado, existe até a possibilidade de entrar ainda
neste semestre.

então é isso. mas amanhã tem mais. tchau!

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de
Comunicação - Governo do Estado | SERIN - Secretaria
de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ -
Secretaria da Fazenda - Manoel Vítório, Nota Premiada
Bahia

Nota Premiada Bahia chega a 1.132 ganhadores em 2020

6 janeiro 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

A campanha de cidadania fiscal Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, encerrou 2020 com um número de ganhadores três vezes maior, ao passar de 313 contemplados em 2019 para 1.132 agora. O aumento expressivo, de mais de 260%, aconteceu mesmo com a interrupção de três meses, durante a pandemia, nos sorteios da Loteria Federal, nos quais se baseia a Nota Premiada Bahia. O crescimento se deve à ampliação das chances dos participantes nos sorteios regulares: desde dezembro de 2019, os prêmios mensais foram redistribuídos, passando a ser contemplados 90 participantes com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil, num total de 91 sorteados.

No começo da campanha, eram apenas dez premiações a cada mês, todas no valor de R\$ 100 mil. A mudança, de acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), gestora da Nota Premiada, foi decidida pelo governador Rui Costa para atender aos pedidos dos baianos nas redes sociais. “A ideia sugerida pelos participantes foi ampliar as chances de cada um, e os números evidenciam o acerto da medida, já que em um ano tivemos bem mais contemplados que na fase anterior”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

Desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, em fevereiro de 2018, já foram contempladas 716 pessoas de Salvador, 415 do interior e uma de fora do



estado, totalizando 1.132 premiados. Na Bahia, já foram sorteadas pessoas de 85 cidades diferentes.

Em 2020 houve também crescimento de 10,2% do número de participantes inscritos no www.notapremiadabahia.ba.gov.br, que eram 526 mil em 2019 e agora são mais de 580 mil. Além dos sorteios, a cada quatro meses as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as 523 entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para estas entidades.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, é necessário cadastrar-se no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas.

Loteria Federal

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. Como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, cada participante terá direito, no máximo, a 45 bilhetes, equivalente a um teto de R\$ 2 mil em compras no mês.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a



dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 45 se alcançar R\$ 2 mil, chegando ao teto estipulado para todas as situações em que a soma ficar acima deste último patamar.



[IPVA 2021: Veja calendário e descontos, aprenda como consultar e regularizar o documento de seu veículo](#)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) será reduzido na Bahia, em 2021, em até 5%, segundo informações divulgadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz).

Segundo o órgão, a redução de 5% vale para os carros de passeio. No caso dos utilitários, o valor do **IPVA** terá queda de 4,7%, ônibus e micro-ônibus terão desconto de 2,7%, caminhões irão pagar menos 1,8% e, para as motos, a queda é de 1,7%. A redução média é de 3,2%. Confira calendário de pagamento:

Os contribuintes têm até 10 de fevereiro para pagar o imposto com desconto de 10%, em cota única. Existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão do imposto, data que varia de

acordo com o número final da placa do veículo.

Com as reduções, os contribuintes baianos vão pagar em 2021, em média, cerca de 3,2% a menos no valor do **IPVA**. A portaria determinando os descontos será publicada na edição de terça-feira (15) do Diário Oficial do Estado.

Isenção do **IPVA**

Segundo a Sefaz, estão isentos do pagamento do **IPVA** os veículos de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, aqueles com mais de 15 anos de fabricação, veículos terrestres com motor de potência inferior a 50 cilindradas e embarcações com motor de potência inferior a 25 HP.

Também estão na faixa de isenção máquinas agrícolas, táxis de propriedade de motoristas profissionais autônomos, e veículos pertencentes a embaixadas, a representações consulares, a funcionários de carreira diplomática e a pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo poder público estadual ou municipal.

O **IPVA** também não é devido pelos veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das entidades sindicais, instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos e dos templos religiosos.

Mais informações podem ser consultadas através do site da Sefaz ou do call center do órgão: 0800 071 0071.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Varela Notícias	
Data: 07/01/21	



Governo encaminha à AL-BA pedido de renovação do estado de calamidade

Mensagem foi encaminhada pelo governador ao presidente da Casa, Nelson Leal (PP)



Foto: Iracema Chequer (Rodtag-MPBA)

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

O governador Rui Costa (PT) encaminhou para a Assembleia Legislativa da Bahia o pedido de renovação do reconhecimento e declaração do estado de calamidade pública em função da Covid-19.

Segundo a mensagem encaminhada pelo governador ao presidente da Casa, Nelson Leal (PP), o estado de calamidade precisa da renovação por causa da

“gravidade desse novo momento”, que seria a 2ª onda da Covid-19, “com crescimento geométrico das taxas de contaminação, adoecimento e morte”.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

O estado de calamidade permite a “dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º, bem como suspensão da contagem dos prazos e disposições estabelecidas nos arts. 23 e 31, todos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2020”, segundo consta no texto encaminhado pelo Executivo ao parlamento baiano.

ORÇAMENTO Foram realizadas adequações em virtude da pandemia

Assembleia aprova em 2º turno revisão do PPA

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou ontem em segundo turno a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. O projeto faz adequações à realidade econômica e fiscal do estado em virtude da pandemia do novo coronavírus, além de mudanças de caráter técnico. O projeto, que tramitava na Casa desde 30 de setembro do ano passado, foi apresentado aos parlamentares pelo secretário do Planejamento, Walter Pinheiro, em reunião promovida pela Comissão de Finanças. Na ocasião, Pinheiro afirmou que “a secretaria fez a revisão dialogando com sindicatos dos trabalhadores, com os setores da indústria, comércio, serviços, mineração, os principais segmentos atingidos pela pandemia”. O secretário defendeu

O projeto apresentado pelo chefe da Seplan, Walter Pinheiro, estava em tramitação desde setembro

ainda a necessidade de revisão pelo PPA ter sido aprovado em um cenário macroeconômico diferente do atual, onde há queda da arrecadação tributária em decorrência da crise sanitária causada pelo coronavírus.

“Alinhamento”
“Grande parte das mudanças foi para alinhar os projetos estratégicos à progra-



Assembleia Legislativa da Bahia aprovou a versão original do PPA antes da eclosão da pandemia, em 2019

mação constante no Plano Plurianual, em busca de maior transparência e maior eficiência da ação pública. Outras alterações, de menor impacto, devem-se aos ajustes necessários ao desempenho das atividades de competência dos órgãos. Mais uma vez, a Casa Legislativa dá a sua contribuição para o desenvolvimento da Bahia”, disse o presidente da

Alba, Nelson Leal, quando o projeto foi aprovado em primeiro turno, na última semana.

O Plano Plurianual destina 74% dos recursos aos programas de Saúde, Educação e Segurança Pública. Na Saúde, o que se destaca é a implantação de novas policlínicas, construção e ampliação de outras unidades; na Educação, a ampliação do

atendimento educacional da rede estadual e ensino, incluindo a oferta do programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec), ampliação do projeto escolas culturais e a oferta de, pelo menos, um curso de educação profissional em todas as escolas do estado. A Segurança Pública, com ampliação do número de bases comunitárias mó-

veis e da rede de videomonitoramento, também foi destacada.

O PPA também contempla a ampliação da malha viária, a construção e recuperação de aeroportos, a expansão do acesso à energia elétrica na zona rural e da rede de distribuição de gás natural, assim como a atração de investimentos na área de energias renováveis.

OPERAÇÃO FAROESTE

STF nega pedido de prisão domiciliar para desembargadora do TJ-BA

DA REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão da ministra Rosa Weber, negou, em decisão liminar, habeas corpus à desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), Lígia Maria Ramos Cunha Lima, presa no âmbito da Operação Faroeste. A desembargadora baiana esta presa preventivamente desde o último dia 20 de novembro e foi conduzida para o Complexo Penitenciário da Papuda em Brasília. A desembargadora é acusada, junto com a também desembargadora Ilona Márcia Reis, de ter movimentado mais de R\$ 1,7 milhão em propinas com a venda de decisões judiciais de acordo com o Ministério Público Federal (MPF).

Na decisão expedida na noite da última terça-feira, a ministra Rosa Weber afirmou que “justifique o cumprimento da medida cautelar em ambiente distinto do local atual de custódia, ausentes indicativos de negligência quanto às medidas mitigadoras/preventivas de

disseminação do novo coronavírus no estabelecimento prisional”.

Na última semana, o Ministério Público Federal denunciou Lígia, além dos seus filhos Arthur e Rui Barata, e outros três advogados por organização criminosa. A investigação do MPF apura se foram cometidos crimes com o envolvimento de magistrados para benefício de interessados em decisões como as que viabilizaram a regularização indevida de terras na região oeste da Bahia

O pedido de habeas corpus de Lígia Maria ainda será julgado pelo relator do processo no Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin.

Magistrada baiana está em prisão preventiva desde o dia 20 de novembro

O colunista Levi Vasconcelos está de férias e retornará em fevereiro próximo.

Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



Decisão de Rosa Weber se deu em caráter liminar

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
CNPJ N: 13.672.605/0001-70
PREGÃO PRESENCIAL
O pregoeiro Oficial do Município de Una-BA torna público o aviso do PP 002-2021, para o Sistema de Registro de Preços cujo objeto é a aquisição de soros e antissépticos hospitalares destinados a manutenção das atividades do Hospital Municipal Frei Silvério e Unidades de Saúde da Família deste município. Data: 20/01/2021 - Horário: 08:00 - Informações: licitacoes@una.ba.gov.br / www.una.ba.gov.br - tel.: 3236-2021 - Sede da Prefeitura Municipal - Caio César Oliveira Santos - Pregoeiro Municipal

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER
CNPJ N: 13.595.251/0001-08
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO - LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/21 - CONDER
Abertura: 01/02/2021, às 09h:30m. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA FEIRA DE SÃO JOAQUIM - 2ª ETAPA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BAHIA. O Edital estará à disposição dos interessados na COPEL, na Sede da CONDER, sito Av. Edgard Santos nº 936 - Naranjinha - Salvador - BA ou poderá ser solicitado através do e-mail: copecl@conder.ba.gov.br, a partir das 13h:30m do dia 08/01/2021. Salvador - BA, 05 de janeiro de 2021. Janilton Santos Pereira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação, em exercício.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2020 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO.
Abertura: 20/01/2021 às 13:30h (horário de Brasília) - Objeto: Registro de Preços de Material de Limpeza e Uso Pessoal para Salvador e Região Metropolitana - BB: 851235 - Família: 68.10.68.40;79.30;85.10;85.30. Site: www.licitacoes-e.com.br. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e/ou www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: ccl.saeb@saeb.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-3130 Fax: (71) 3115-3128 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira das 08h30 às 12h00 - 13h30 às 18h00 no endereço: 2ª Avenida, nº 200, Secretaria da Administração/SAEB, Coordenação Central de Licitação, Sala 101. Centro Administrativo da Bahia - Salvador/Bahia - 06/01/2021. Manoela de Fátima da Costa Souza - Pregoeiro(a) Oficial.

'FICHA-SUJA'

Gilmar aguarda Barroso para decidir sobre recursos

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu informações ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, para subsidiar sua decisão sobre recursos ajuizados no corte por candidatos a prefeito enquadrados como 'fichas-sujas', após a decisão do ministro Kassio Nunes Marques que restringiu o alcance da Lei da Ficha Limpa.

Em despacho na última terça-feira, Gilmar deu prazo de cinco dias para que Barroso se manifeste a respeito da reclamação do prefeito eleito de Bom Jesus de Goiás, Adair Henriques (DEM).

Condenado em segunda instância em 2009, ele ob-

teve 50,62% dos votos válidos em novembro, mas teve o registro da candidatura cassado no TSE, onde tem um recurso pendente de análise.

O prefeito eleito recorreu à corte após ver seu processo no TSE suspenso por Barroso, assim como outros quatro candidatos 'fichas-sujas'. O presidente da corte eleitoral travou as ações alegando que é preciso aguardar uma decisão final do plenário do STF sobre a liminar de Nunes Marques.

A decisão do indicado de Bolsonaro ao STF reduziu em alguns casos o período de ineligibilidade de políticos condenados. O entendimento vale somente para candidatos ainda com processo de registro de candidatura pendente de julgamento no TSE e no Supremo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES
CNPJ N: 13.693.122/0001-52
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 002/2021
A Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente torna público aos interessados que realizará CP nº 002/2021: PA: 003/2021. Objeto: Contratação de pessoa física e/ou pessoa jurídica para FORNECIMENTO DE ALIMENTOS para o atendimento ao PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS / PAA. A documentação para habilitação para o CREDENCIAMENTO deverá ser entregue impreterivelmente no dia 19 de Janeiro de 2021 às 09:00 Hs, na SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, com sede na Rua Osvaldo Campos, 46, Centro, Castro Alves - BA, onde também poderá ser obtido o EDITAL, acompanhado dos seus anexos, no horário das 08:00 às 12:00 horas, através da Comissão Técnica Especial de Credenciamento criada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. As propostas serão abertas e julgadas no dia 20 de Janeiro de 2021 às 09:00 Hs, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Liberdade, nº 376, Centro, Castro Alves - BA. Castro Alves - BA, 06/01/2021. NAIANE SOUZA. Presidente da CPL

SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA - SUDESB
COMUNICADO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 - (SETRE / SUDESB)
O Presidente da Comissão de Licitação em Exercício comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é a Execução da reforma do Centro Pan-Americano de Judô, localizado no Município de Lauro de Freitas-BA, que a sessão de abertura do certame marcada para 13/01/2021 às 14h, por videoconferência, fica suspensa, em função de reanálise do Instrumento Convocatório, até ulterior deliberação. Salvador - BA., 06/01/2021 - Luís Afonso - Presidente da Comissão em Exercício.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC
COMUNICADO DE REMARCAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020 - BB Nº 849680 - SEC/APG/CGOTIC
O PREGOEIRO OFICIAL da SEC comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em solução de service desk (central de serviços). Família: 02.24, e com sessão de abertura então designada para o dia 29/12/2020 às 10 horas, que fica remarçada para o dia 22/01/2021, às 10 horas, em razão de alteração no edital. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do (s) endereço (s) eletrônico (s) copecl@educacao.ba.gov.br, telefone (71) 3115-1403 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 12:00h e das 13:30h às 18:00h, no endereço da Secretaria da Educação, 5ª Avenida, nº 550, Plataforma II, Térreo, Sala 05, Centro Administrativo da Bahia - CAB. CEP: 41.745-003. Salvador/BA, 06/01/2020. Marcelo Simões da Silva - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Homologa o resultado da TOMADA DE PREÇO 06/2020, objeto: pavimentações em áreas livres e construções de muros nas escolas do Riacho Dantas, Morro das Flores, Nova Conquista e Caldeirão do Morro. Após a análise documental e o julgamento das propostas, declara vencedora: Dam Construtora Incorporadora EIRELI ME, CNPJ 07.546.061/0001-06. Valor: R\$ 856.319,20. // Homologa o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO 17/2020, objeto: Aquisição de medicamento para o combate a Covid 19. Após a análise documental e o julgamento das propostas, declara vencedora: Drogafonte LTDA, CNPJ 08.778.201/0001-26. Valor: R\$ 78.325,00. // // EXTRATOS DE CONTRATOS: TP 06/2020. Contrato 377/2020. Contratante: PMRB. Contratado: Dam Construtora Incorporadora EIRELI ME, CNPJ 07.546.061/0001-06. Objeto: pavimentações em áreas livres e construções de muros nas escolas do Riacho Dantas, Morro das Flores, Nova Conquista e Caldeirão do Morro. Valor: R\$ 856.319,20. // PE 17/2020. Contrato 378/2020. Contratante: PMRB. Contratado: Drogafonte LTDA, CNPJ 08.778.201/0001-26. Valor: R\$ 78.325,00. Vigência: até 31/12/2020. Ruy Barbosa/BA, 04 de dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
CNPJ N: 13.927.819/0001-40
AVISO DE RECURSO HIERÁRQUICO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2020.
A COPEL torna público o pedido de RECURSO HIERÁRQUICO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2020. Tipo: Menor Preço Global, na forma de Execução Indireta sob o Regime de Execução Empregada por Preço Unitário. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Reforma e Ampliação das Unidades Escolares (Escolas e Creches), neste Município. Conforme Planilhas, Termo de Referência, Especificações Técnicas e Projetos em CD anexo no Edital. Impetrado pela empresa: RSH Construtora Eireli. Processo Administrativo Nº 00067/2021, o inteiro teor do mesmo encontra-se à disposição dos interessados via e-mail: copecl2017@yahoo.com. Luciana Brito Bispo Nascimento - Presidente da Comissão. 06 de janeiro de 2021
ERRATA DE AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2020/SMS
A COPEL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Torna público, para conhecimento dos interessados, que o PE Nº 026/2020/SMS, Objeto: Registro de Preços para Serviço de Esterilização, Reesterilização e Processamento de Materiais por Óxido de Etileno das Unidades de Urgência e Emergência do Município de Lauro de Freitas-Ba, a ERRATA do aviso de suspensão. Onde se lê: 01/01/2021 - Ler-se-á: 04/01/2021. Edital/Informações: ifcopsesasa@gmail.com. Tel.: (71) 3369-9911/28 - Susana Maria Sobreira - Pregoeira da COPEL/ SESA Lauro de Freitas, 06/01/2021

ECONOMIA

economia@grupoatarde.com.br

& NEGÓCIOS

DIZ MINISTÉRIO Não há verba no orçamento para pagar Banco do Brics
www.atarde.com.br/economia

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

A vacina, o lockdown e a recuperação econômica

Nas duas últimas semanas não se ouviu falar o ministro da Economia e nem era preciso, afinal neste momento a única medida de política econômica indispensável é a vacinação em massa, como reconheceu o próprio Paulo Guedes. O início imediato da vacinação é fundamental porque no primeiro momento vai focar nas populações de alto risco, que, com eficiência, podem ser vacinadas em dois ou três meses.

Com isso, afasta-se o fantasma do lockdown, pois, se os grupos de risco, responsáveis pelo maior número de internações, começarem a ser vacinados, a pressão nas UTIs será gradualmente menor e o sistema de saúde poderá administrar com mais eficiência a pandemia. Isso é importante porque as propostas de implantação de novo lockdown estão voltando e se elas se concretizarem, o efeito na economia será de-

sastroso. Os países da Europa podem se dar ao luxo de fazer lockdown porque são economias fortes, com lastro em euros, e ainda tem o apoio e a ajuda financeira da União Europeia. Bem diferente do Brasil, com seus quase 15 milhões de desempregados, cujas contas públicas estão em frangalhos, a ponto do presidente da República dizer que o país está quebrado.

O Brasil já terá um primeiro trimestre muito difícil, no qual será necessário buscar alternativas para compensar o fim do auxílio emergencial e de outras medidas de apoio à população e aos pequenos e médios empresários, e, se uma nova rodada de isolamento social rígido for implantada, os efeitos serão graves. Aqui vale lembrar que não se trata de escolher entre saúde e economia, mas de adotar uma política racional, que coíba fortemente as aglomera-

ções nas ruas, em festas e praias, que faça intervenções localizadas e exija a observância rigorosa dos protocolos de segurança, mantendo, porém, o funcionamento da economia e colocando o lockdown como a última das alternativas.

Propostas radicais

Aliás, são compreensíveis as declarações do Prefeito de Salvador, Bruno Reis, que considerou radical as propostas do Comitê Científico do Nordeste propondo um novo lo-

ckdown na região, afinal, Salvador é uma cidade com mais de 60% de sua população sobrevivendo de atividades informais e, sem o auxílio emergencial, o efeito do isolamento social nos estratos de renda mais baixos será dramático. Além disso, cerca de 70% do PIB soteropolitano é gerado no setor serviços, o que mais sofreu no ano passado, e as empresas do setor dificilmente teriam condições de enfrentar uma nova rodada de isolamento social. Muito mais racional do

que propor um lockdown é exigir que a Anvisa agilize a aprovação das vacinas e que o governo federal forneça data e estratégia para dar início à vacinação imediata de idosos, inclusive se a comunidade científica der o aval e a eficácia for mantida, o uso de apenas uma dose no momento inicial para que a disseminação seja maior.

Olhando para a economia baiana é possível verificar que a retomada dos negócios já é uma realidade, detectável nos principais indicadores econômicos, inclusive no setor turismo, e isso mostra a resiliência de nossa base produtiva, embora ainda estejamos longe dos níveis de atividade verificados antes da pandemia. Sustar essa recuperação com um isolamento social amplo será cortar as pernas da retomada econômica e, se assim for, vai demorar para que ela possa voltar a andar.

O delay e a economia

Tudo em economia tem um delay, ou seja, qualquer ação leva algum tempo para fazer efeito. A injeção de R\$ 50 bilhões de reais por mês na economia, por conta do auxílio emergencial, aumentou o consumo, que é a variável econômica que responde mais rápido aos estímulos e foi o responsável pelo crescimento de 7,7% do PIB no 3º trimestre. Mas o estímulo teve dois efeitos retardados: de um lado o aumento da inflação e de outro a escassez de produtos muito demandados. O delay também se verifica no controle da inflação e ela, que se disseminava vagarosamente, começa a dar sinais de aceleração. Se não houver sinais de que vai ser contida, a previsão inflacionária se auto-realizará.

Neste momento a única medida de política econômica indispensável é a vacinação

É importante porque as propostas de implantação de novo lockdown estão voltando

PESQUISA Após três reduções seguidas, número de consumidores endividados cresceu em dezembro, diz CNC

Cálculo de brasileiros com dívidas volta a subir no final do ano

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Após três reduções seguidas, o número de brasileiros com dívidas voltou a subir no último mês de 2020, informou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de dezembro apontou que 66,3% dos consumidores estão endividados, uma alta de 0,3 ponto percentual com relação a novembro. No comparativo anual, o indicador registrou aumento de 0,7 ponto percentual.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o crédito deve ganhar destaque na retomada da economia em 2021. "É importante não somente seguir ampliando

o acesso aos recursos com custos mais baixos, mas também alongar os prazos de pagamento das dívidas para mitigar o risco da inadimplência no sistema financeiro", disse, em nota, Tadros, ressaltando que grande parte do crédito ofertado durante a pandemia de covid-19 foi concedido com carência nos pagamentos e deve começar a vencer no início deste ano.

Em relação à renda, as trajetórias do endividamento passaram a apresentar tendências semelhantes em dezembro. Entre as famílias que recebem até dez salários mínimos, o percentual subiu para 67,7% do total, após três reduções consecutivas. Para as famílias com renda acima de dez salários, o indicador aumentou para 60%.

"O crédito pode funcionar como ferramenta de recomposição da renda"

IZIS FERREIRA, economista da CNC

Segundo a economista da CNC responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, com o fim do auxílio emergencial, em janeiro as famílias de menor renda que recebiam o benefício precisam adotar maior rigor na organização dos orçamentos domésticos. "O crédito pode voltar a funcionar como ferramenta de recomposição da renda, ainda no contexto de incertezas



Marcello Casal Jr / Agência Brasil

Cartão de crédito é o principal motivo dos débitos, alcançando 79,4% das famílias

sobre a evolução do mercado de trabalho", afirmou Izis.

Inadimplência

Apesar da alta do endividamento, os consumidores continuam conseguindo quitar débitos e compromissos financeiros. O total de famílias com dívidas ou contas em atraso apresentou a quarta redução consecutiva, caindo de 25,7%, em novem-

bro, para 25,2%, em dezembro. Em comparação com igual mês de 2019, a proporção cresceu 0,7 ponto percentual.

Segundo a CNC, a parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permanecerão inadimplentes teve nova retração, passando de 11,5% para 11,2%. Em

dezembro de 2019, o indicador havia alcançado 10%.

Com relação aos tipos de dívida, a proporção de brasileiros que utilizam o cartão de crédito voltou a crescer, alcançando 79,4% das famílias, mantendo-se como a principal modalidade de endividamento. Além do cartão de crédito, o cheque especial também aumentou a sua participação.

IPEA

Rendimento médio geral da população caiu em novembro

AKEMI NITAHARA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Em novembro de 2020, os rendimentos médios da população corresponderam a 93,7% da renda média habitual, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado ontem, que analisou os efeitos da pandemia do novo coronavírus (covid-19) sobre o mercado de trabalho e o impacto do auxílio emergencial na ren-

da dos brasileiros.

A base de dados usada pelo Ipea são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Ipea aponta que os trabalhadores por conta própria tiveram a maior redução nos rendimentos, recebendo 85,4% do habitual em novembro.

Segundo a pesquisa, 4,32% dos domicílios sobreviveram apenas com o valor

do auxílio de R\$ 600 ou R\$ 1.200, encerrado em dezembro. O percentual representava cerca de 2,95 milhões de lares, queda de 0,44 ponto percentual na comparação com outubro, ou diminuição de 300 mil domicílios.

No mês analisado, 27,45% dos domicílios do país permaneciam sem nenhuma renda do trabalho efetiva, leve redução frente aos 27,86% registrados em outubro. Os trabalhadores formais foram os menos atingidos.

AUXÍLIO

Caixa libera parcelas dos ciclos 5 e 6, para nascidos em abril

AGÊNCIA BRASIL
 Brasília

A Caixa deu início ontem a mais uma etapa de saque em dinheiro do Auxílio Emergencial e do Auxílio Emergencial Extensão.

Cerca de 3,4 milhões de beneficiários dos ciclos 5 e 6, nascidos em abril, poderão sacar ou transferir o saldo da Poupança Social Digital. Os recursos creditados são da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

Desse total, R\$ 2,1 bilhões

são referentes às parcelas do Auxílio Emergencial Extensão e o restante, R\$ 200 milhões, às parcelas do Auxílio Emergencial.

Saque em dinheiro

O saldo ainda segue disponível para movimentação pelo Caixa Tem, como pagamento de boletos, compras na internet e pelas maquininhas em mais de um milhão de estabelecimentos comerciais.

Para o saque em dinheiro,

o beneficiário precisa fazer o login no aplicativo (em aparelho celular) Caixa Tem, selecionar a opção "saque sem cartão" e "gerar código de saque".

Depois, o trabalhador deve inserir a senha para visualizar o código de saque na tela do telefone, com validade de uma hora. O código deve ser utilizado nos caixas eletrônicos do banco, nas casas lotéricas ou nos correspondentes Caixa Aqui.

BAHIA Estimativa é que sejam necessárias 30 milhões de agulhas e seringas para a vacinação feita em duas doses

Governo e prefeitura dispõem de seringas

RODRIGO AGUIAR

Em meio à indefinição do governo Bolsonaro sobre a compra de seringas e agulhas para a vacinação contra a Covid-19, governo da Bahia e prefeitura de Salvador dizem contar com a estrutura necessária para iniciar a imunização, mesmo com a requisição administrativa feita pelo Ministério da Saúde de fabricantes dos produtos, o que poderia fazer as empresas priorizarem o governo federal.

O governador Rui Costa informou que já adquiriu 19,8 milhões de agulhas e seringas para vacinar a população baiana assim que o imunizado estiver disponível. "Estamos fazendo a nossa parte para assegurar a vacina. Cabe ao governo federal fazer a dele", escreveu o chefe do Executivo estadual, no Twitter. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), as 19,8 milhões de seringas e agulhas foram adquiridas em dezembro de 2020. A pasta não informou, entretanto, se o quantitativo total dos produtos já se encontra em estoque.

"É importante que os baianos tenham o entendimento que o governo do estado se antecipou e já tem a infraestrutura necessária para que a vacinação seja iniciada, ou seja, aguardamos a chegada dos imunobiológicos a serem adquiridos e distribuídos pelo governo federal", afirma a Sesab. A secretaria acrescenta que dispõe de mais 13 milhões de seringas e agulhas em estoque "para as vacinas de rotina, mas que também podem ser utilizadas para a covid-19".

A estimativa da pasta é de que sejam necessárias 30 milhões de agulhas e seringas para a vacinação, por se tratar de duas doses. A Sesab ressalta, porém, que "o planejamento do Ministério da Saúde prevê a imunização da população por etapas e isso se daria em 16 meses". O secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, informou que a capital já dispõe, em estoque, de 600 mil seringas e agulhas, o que seria suficiente, de acordo com ele, para vacinar as quatro fases dos grupos prioritários na cidade.

Em reunião na última segunda-feira, 4, com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e



Andrew Milligan / Pool / AFP Photo

Planejamento do Ministério da Saúde prevê imunização da população por etapas, e isso se daria em 16 meses

Renovadas restrições em bairros

BRUNO BRITO*

Em meio ao recente aumento do número de casos da covid-19 em Salvador, o prefeito Bruno Reis (DEM) prorrogou, ontem, decretos com medidas contra a pandemia prestes a vencer. Um dos decretos renovados, pelo período inicial de 15 dias, foi a proibição da comercialização e o consumo de qualquer tipo de bebida em espaços públicos do Rio Vermelho e Itapuã, de sexta a domingo, das 17h às 7h. Foi prorrogado também o fechamento de cinemas, teatros, casas de espetáculos e clubes sociais.

Entre as demais medidas anunciadas pelo prefeito, está a abertura de mais 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Sagrada Família, bem como a saída do bairro de Pernambuco da lista de localidades com medidas de restrição, e a entrada do Imbuí, Cabula e São Marcos, que se juntam a Pituba, Brotas e Itapuã.

De acordo com o gestor municipal, a decisão foi to-

mada após uma reunião com a equipe de técnicos. Os números apontam que, nos próximos 15 dias, podemos ter reflexo das festas de final de ano. A cautela e prudência nos leva a tomar essas decisões como único caminho", apontou Bruno.

Ficam mantidos o funcionamento dos bares e restaurantes entre meio-dia à oh, a proibição de clientes servidos em pé nos estabelecimentos de Itapuã e Rio Vermelho. Segue a obrigatoriedade de barreiras físicas nas áreas externas dos estabelecimentos. O prefeito falou, ainda, sobre a ampliação da quantidade de leitos de UTI em Salvador. "Os índices de ocupação estão estáveis, mas continuamos com a política de ampliação de leitos. Abrimos 10 novos leitos. Queremos baixar esse índice de ocupação e, quem sabe, manter a flexibilização de algumas medidas, como horários de funcionamento", afirmou. Ontem, segundo o gestor, a taxa de ocupação era de 67%.

Entre bairros sob medidas de proteção, que envolvem a testagem, distribuição de máscaras e higienização de espaços, foram incluídos Imbuí, Cabula e São Marcos, em função do número alto de novos casos, que se somam agora à Pituba, Brotas e Itapuã. Pernambués deixou de integrar a lista.

Sobre as vacinas, o prefeito disse que já existe um acordo para a disponibilização de 103 mil doses da Coronavac, que está sendo produzida pelo Instituto Butantan, no entanto, Bruno sinalizou que a vacina será

avaliada pela sua eficácia.

"Vamos avaliar pela eficácia, se ela é a melhor opção. Parece que ela não terá no Brasil a mesma eficácia da China, o que estamos buscando entender", disse.

Ele afirmou que está em contato com outras fabricantes, inclusive, a Johnson&Johnson, que é uma das preferências do prefeito, pela sua eficácia de 91%, ser em dose única e a poder ser armazenada entre -2°C e -8°C, que é a temperatura habitual dos imunizantes aplicados pela prefeitura. Além disso, existem conversas com a Moderna, a Sputnik V e a vacina de Oxford. "Estou me organizando para ir à Brasília para conversar com o ministro da Saúde. Já temos o freezer, plano de imunização, agulhas e seringas, que alguns locais não têm. Vou mostrar esse diferencial de Salvador, para sairmos na frente nesse processo de distribuição", explicou.

SOB SUPERVISÃO DO JORNALISTA LUIZ LASSERRE**"Temos freezer, plano de imunização, agulhas e seringas"****BRUNO REIS, prefeito de Salvador****ENTREVISTA**

"2020 não foi um ano perdido para a educação", diz secretário

ISSO É BAHIA**FERNANDO VALVERDE**

Constantemente especulada, e assunto prioritário na reunião do governador Rui Costa (PT) com o prefeito Bruno Reis (DEM), a retomada da educação na Bahia encontra grandes desafios. Além de envolver mais de cinco milhões de pessoas entre alunos e funcionários, uma demanda muito além dos leitos disponíveis no estado, a necessidade de se fazer "dois anos em um" tem norteado os planos para a área em 2021.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103,9), o secre-

tário de Educação do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, foi enfático ao dizer que 2020 não foi um "ano perdido" e elencou as estratégias feitas pelos profissionais de educação para garantir o mínimo de andamento possível neste ano de pandemia.

"A educação passou por um período de resistência. Muita coisa foi feita. Tivemos situação de alguns municípios que concluíram o ano letivo mediante o esforço de professores, secretários e alunos, existem municípios que estamos fazendo o planejamento para que possa acabar o ano letivo agora em março e nas particulares, as escolas também se esforçaram para garantir as atividades, mesmo com todas as dificuldades de se investir em uma rede remo-

ta sem preparação. Na formação dos professores no Brasil, nunca tivemos uma carga horária destinada a fazer com que o profissional aprenda a trabalhar com o ensino remoto e mesmo em casa os professores participaram de cursos de formação, criaram conteúdo para plataformas digitais, participaram de seminários e se aprimoraram dentro do possível", afirmou.

Questionado sobre a possível iminência de um protocolo conjunto que garanta a volta das aulas ao menos em Salvador, Jerônimo afirmou que mesmo com a necessidade do retorno o momento é de "aguardar a situação mínima de controle e disponibilidade de leitos" para promover a operação.

"Tínhamos uma expectativa que ao fim das eleições



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Jerônimo Rodrigues participou do "Isso é Bahia"

o déficit deixado pela ausência dos alunos em sala de aula é considerado como alarmante pelo secretário. Com isso, o plano de se fazer "dois anos em um" durante o ano letivo de 2021, deverá ser planejado para garantir a regularização do calendário nas escolas do estado.

"Nós tivemos em 2020, na média, 100 horas-aula. A lei estabelece que sejam 800 e por isso precisaremos fazer uma agenda para que possamos pagar 700 horas em 2021. A lei permite que 30% dessas horas possam ser de forma domiciliar. Se pudermos iniciar de forma híbrida em fevereiro, terminaremos o ano de 2020 entre maio e junho e iniciaremos 2021 logo depois indo até dezembro. Se tiver que prorrogar, podemos prorrogar", explanou.

podéssemos voltar às aulas e o que vimos foi o crescimento nos números. Dezembro também parecia um bom momento e aconteceu da mesma forma. Então estamos esperando um momento menos arriscado para que pelo menos possamos ter o início das aulas de forma híbrida: um tempo

em casa e um tempo na escola com uma quantidade reduzida de alunos. O que garantimos é que não vamos voltar até o dia 15 e com um grande risco de não voltar ainda em janeiro", avaliou.

Dois anos em um

Ainda que não considere o ano de 2020 como perdido,

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil - Brasília

Até o meio do ano, as seringas e agulhas de outros países entrarão no Brasil sem pagar tarifas. O Comitê-Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu zerar o imposto de importação até 30 de junho. A medida ajudará a reforçar o combate à pandemia de Covid-19. Até agora, esses produtos pagavam 16% de alíquota para entrar no país. A Camex também suspendeu, até o fim de junho, uma sobretaxa aplicada para as seringas descartáveis importadas da China.

Desde 2009, o Brasil aplica uma medida antidumping - punição autorizada pelas normas internacionais quando um país julga haver concorrência desleal à indústria nacional - às seringas descartáveis chinesas. Desde 2015, a sobretaxa estava fixada em US\$ 4,55 a cada quilograma de mercadoria importada.

Tarifa zerada

Com as duas medidas, a lista de produtos com tarifa zerada para o combate à pandemia de Covid-19 aumentou para 303 produtos. Desde março do ano passado, o Comitê-Executivo da Camex avalia o abastecimento brasileiro de produtos de saúde e promove ajustes na lista com base na avaliação do Ministério da Saúde da situação da pandemia no país. Na segunda-feira (4), o Ministério da Saúde requisitou a fabricantes instalados no país seringas e agulhas de estoques excedentes para a futura campanha de vacinação contra a Covid-19.

COVID-19 O Comitê-Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) também suspendeu sobretaxa aplicada para as seringas importadas da China

Governo zera imposto de importação de seringas e agulhas até junho



Justin Tallis/ AFP Photo

Produtos entrarão no Brasil sem pagar tarifas

Anvisa divulga nota técnica sobre pós-vacinação

FELIPE PONTES
Agência Brasil, Brasília

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou ontem, em Brasília, uma nota técnica sobre o acompanhamento de efeitos adversos em quem se vacina em clínicas privadas.

Segundo a Anvisa, a nota é válida para qualquer vacina, mas logo na introdução do documento a agência destaca o desenvolvimento célere de tratamentos e vacinas para covid-19 como principal desafio sanitário que motivou a publicação.

O documento foi publicado dois dias depois de a Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas (ABCVAC), que representa o setor privado, confirmar a negociação para a compra de 5 milhões de doses de uma vacina contra covid-19 produzida na Índia. A busca do setor privado pela compra de vacina causou polêmica devido ao receio de que a rede privada de saúde possa ter um imunizante disponível antes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Orientações

Pelo texto da nota técnica, "as autoridades sanitárias e os serviços de saúde devem prezar pelo monitoramento destes medicamentos para verificar a sua segurança e efetividade, principalmente no que tange a vacinas, as quais têm o potencial de serem utilizadas em larga escala para a imunização de toda a população brasileira".

Nas orientações às clínicas privadas, a Anvisa frisa que, para cumprir a legislação, todos os estabelecimentos devem criar um Núcleo de Segurança do Paciente (NSP), visando acompanhar todos os vacinados.

Governador de SP prevê ano difícil e pede ajuda de prefeitos

ELAINE PATRICIA CRUZ
Agência Brasil, São Paulo

Em reunião virtual ontem com os 645 prefeitos do estado de São Paulo eleitos e que iniciaram seus mandatos este mês, o governador de São Paulo, João Doria, disse que o estado vive a 2ª onda do novo coronavírus.

"Não tínhamos essa expectativa até outubro, mas lamentavelmente São Paulo, Brasil e 215 outros países estão vivendo uma segunda onda deste vírus. Isso exige cuidado, zelo, disciplina, perseverança e coragem para fazer o que precisa ser feito para defender vidas", disse o governador.

Aos prefeitos, Doria previu que 2021 será um ano de dificuldades. "Teremos um ano de 2021 difícil, muito mais difícil do que imaginariamos até outubro do ano passado", falou.

Os casos, mortes e internações por covid-19 têm crescido no estado desde no-

vembro. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, no mês de dezembro, os casos cresceram 76% na comparação com o mês anterior. Os óbitos também tiveram crescimento, de 66%, em relação a novembro. Aos prefeitos, o secretário estadual da Saúde, Jean Gorinchteyn, disse que há dez hospitais em todo o estado que atingiram a capacidade máxima de atendimento.

"Nós tivemos um incremento do número de casos, óbitos e internações em todas as regiões do nosso estado. Entendemos que era algo que jamais imaginávamos tanto no mundo, no Brasil e no próprio estado porque vivenciávamos, durante 12 ou 13 semanas, uma evolução de queda de todos esses índices e que, de uma forma muito abrupta, voltou a varrer tanto vidas quanto encher os nossos hospitais", disse o secretário aos prefeitos.

Na reunião, o governador

e seus secretários cobraram dos prefeitos o respeito ao Plano São Paulo, que fixa parâmetros para a retomada econômica no estado durante o período da pandemia. Durante as festas de final de ano, quando o governo determinou a volta à Fase 1-Vermelha do Plano São Paulo, em que somente serviços considerados essenciais podem funcionar, houve desrespeito às regras. Segundo o governador, cerca de 20 prefeitos descumpriram as medidas e mantiveram o comércio aberto no período.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, os prefeitos que continuarem descumprindo as medidas poderão responder não só ao Ministério Público como também ser penalizados ficando no "final da fila" nos programas do governo, mas não informou se isso também significaria ficar por último na campanha de imunização.

Comitê vai monitorar impactos sobre índios

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

A Secretaria Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde editou portaria para monitorar os impactos da Covid-19 na população indígena do município de Manaus. O comitê atuará no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena da capital amazonense.

O grupo tem por objetivo o planejamento, a coordenação, execução, supervisão e o monitoramento dos impactos da doença na saúde da população indígena da região.

A portaria está publicada no Diário Oficial da União de ontem.

O comitê será comandado pelo coordenador distrital de Saúde Indígena, que poderá convocar órgãos e entidades participativas na atenção a saúde indígena e convidar representantes de instituições ou entidades, públicas ou privadas para participarem das reuniões do comitê.

De acordos com os dados mais atualizados divulgados pelo Ministério da Saúde, o estado do Amazonas registra 204,9 mil casos de Covid-19, com 5.414 mortes. Já o município de Manaus apresenta um quadro de 84.310 casos acumulados da doença, com 3.478 óbitos.

O comitê atuará no âmbito do Distrito Especial Indígena de Manaus

Pazuello diz ter assegurado 354 milhões de doses em 2021

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou, em pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, que o Brasil tem asseguradas, para este ano, 354 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19. Do total, 254 milhões serão produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a AstraZeneca, e 100 milhões pelo Butantan, em parceria com a empresa Sinovac.

Pazuello anunciou também a edição de uma medida provisória que trata de ações excepcionais para aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística.

O ministro informou que o ministério está em processo de negociação com os laboratórios Gamaleya, da Rússia, Janssen, Pfizer e Moderna, dos Estados Unidos, e Barat Biotech, da Índia. Segundo Pazuello, estão disponíveis atualmente cerca de 60 milhões de seringas e agulhas.

"Temos, também, a garantia da Organização Panamericana de Saúde [Opas] de que receberemos mais 8 milhões de seringas e agulhas em fevereiro, além de outras 30 milhões já requisitadas à Abimo [Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos], a associação dos produtores de seringas".

Com aumento de casos, Amazonas quer vagas de UTI

ALEX RODRIGUES
Agência Brasil, Brasília

O governo do Amazonas confirmou a intenção de criar 60 novas vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) de cinco hospitais públicos para tratar pacientes internados em estado grave devido à Covid-19.

A medida é discutida com o Ministério da Saúde, ao qual o estado pede ajuda para a contratação de profissionais.

Conforme o boletim epidemiológico que a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM) divulgou na terça-feira (5) à noite, 349 pacientes internados em UTIs de hospitais públicos e privados de todo o estado foram diagnosticados com a doença. Destes, 215 pacientes ocupam leitos da rede pública de saúde, e 134 da rede privada.

Mais 73 pessoas que estão recebendo cuidados intensivos ainda não receberam os resultados dos exames clínicos, mas são tratados como casos suspeitos de Covid-19. Entre elas, 57 estão em UTIs particulares e 16 em leitos do Sistema Único de Saúde (SUS)

Leitos

Só ontem, a Fundação de Vigilância em Saúde contabilizou a confirmação de 1.928 novos casos da doença nas 24 horas anteriores, além de 46 mortes - o que elevou para 204.900 o total de casos da doença registrados no estado desde março de 2020, e para 5.414 o total de óbitos no mesmo período. O plano da secretaria estadual para evitar uma eventual falta de leitos para tratamento da doença é instalar os 60 novos leitos de UTI em cinco das unidades de Manaus.



Governo do Estado de São Paulo

Reunião virtual foi com prefeitos eleitos e que iniciaram seus mandatos este mês

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opiniao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Indústria planeja ações contra Covid-19

As características das medidas protetivas de isolamento, a fim de evitar a disseminação da pandemia provocaram um impasse nas rotinas produtivas da indústria baiana, pois ou mantinha-se em funcionamento integral ou parava por causa da infecção.

Uma memória do enfrentamento do dilema levou os especialistas de saúde e segurança a preservar o processo de busca de soluções, resultando em iniciativas como o Programa Sesi e Indústria Juntos contra a Covid-19, a ser ampliado este ano.

O agravante para a situação de dificuldade extrema, avaliam hoje as lideranças do movimento, foi o tempo, pois não havia como demorar na busca das soluções menos danosas.

– Tivemos que atuar com agilidade para dar as respostas que a indústria precisava e garantir que os trabalhadores pudessem desempenhar suas atividades com segurança – lembra hoje o gerente Executivo de Saúde e Segurança na Indústria, Amélio Miranda, nove meses depois daquele março desafiador.

Algumas das primeiras ações, segundo Miranda, foram realizadas em parceria com o Sinduscon e a indústria de vestuário, mas logo estas ações de prevenção e orientações se espalharam por canteiros de obras e outros sindicatos.

Até dezembro, foram atendidas em torno de 570 empresas e 25 mil trabalhadores, com a realização de 38 mil testes/exames, com possibilidade de ampliação deste número em razão da ameaça de segunda onda da pandemia.

Elaboração de protocolos de segurança e orientação aos industriários sobre os cuidados necessários, alcançaram 70 mil trabalhadores, em torno de mil estabelecimentos industriais, entre março e dezembro de 2020.

“Isso é insurreição, não um protesto. (...) Palavras de um presidente importam. Não importa o quão bom ou ruim ele seja. No mínimo palavras devem inspirar. No pior dos casos, elas podem incitar”

JOE BIDEN, presidente-eleito dos EUA, após a invasão do Capitólio levada adiante por apoiadores de Trump



Olga Leiria / Ag. A TARDE

DIGNIDADE | O comércio de rua é um retrato fiel do Brasil e suas contradições. A falta de oportunidades atinge as pessoas e elas respondem em busca de trabalho, ainda que de modo precário, iniciando negócios. A dignidade é sempre o alvo.

Planos para a Chapada

Os prefeitos recém-eleitos da Chapada Diamantina definiram, na última terça-feira que turismo, infraestrutura e cadeia produtiva são as áreas que devem ter prioridade de investimentos nos próximos quatro anos. Nesse sentido, a primeira bandeira dos gestores, definida na reunião do Consórcio Chapada Forte, realizada em Andaraí, é a interligação asfáltica entre os pontos turísticos da região, obras que na visão dos prefeitos fortalecerão economicamente a Chapada. Também se debateu a aquisição de uma usina móvel de asfalto e a ampliação da patrulha mecanizada que o consórcio possui. No entanto, o prefeito de Andaraí, Wilson Cardoso, foi eleito presidente do Consórcio para o próximo biênio, 2021/2022.

POUCAS & BOAS

- A nova diretoria da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), presidida pelo produtor rural Oda-cil Ranzi, realizou ontem uma recepção aos colaboradores, reafirmando a importância da cooperação entre os diversos setores para continuar o trabalho desenvolvido nas gestões anteriores. Um dos primeiros grandes desafios da nova diretoria, cujo mandato vai até o final de 2022, é a próxima edição da Bahia Farm Show.

- Uma carreta pelas ruas de Camaçari vai substituir a tradicional procissão do padroeiro da cidade, São Thomaz de Cantuária, que é festejado hoje, este ano com menos eventos presenciais para evitar a aglomeração de pessoas. Ontem foi encerrada a programação do novenário, iniciado dia 29 de dezembro com transmissão pelo canal do Youtube sempre às 19h.

DIVO ARAÚJO, MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

Egrégio historiador octogenário tornou-se monge

Dom Samuel Dantas de Araújo

Monge do Mosteiro de São Bento da Bahia
emersonbentoosb@hotmail.com

Suponhamos que um jovem nascido em berço esplêndido no seio de abastada e ilustre família, de porte garboso e possuidor de notáveis atributos físicos, morais e intelectuais, egresso dos mais renomados estabelecimentos de ensino de uma megalópole brasileira, repentinamente tomasse a decisão de ingressar em um vetusto mosteiro. Um acontecimento como este pareceria a qualquer observador algo insólito, para dizer o mínimo.

Suponhamos agora, transpondo-nos para o extremo oposto da existência humana, que alguém de cabelos grisalhos, benemérito cultor da historiografia pá-

tria, fizesse o mesmo, numa quadra da vida em que uma tal ocorrência seria teoricamente uma radical impossibilidade. Tal porém, foi o que sucedeu a Hélio Silva, cujos méritos de historiador são assaz conhecidos. Já descambando a passos ligeiros para o ocaso da vida, depois de uma vida excepcionalmente fecunda dedicada ao nobre exercício da pena; depois de haver acumulado uma vastíssima bagagem cultural que permitiu-lhe erguer pacientemente um imperecível e

O tempo fugaz passara depressa e Hélio resolveu dar a sua vida uma orientação totalmente diversa

imorredouro legado, Hélio Silva – imagino que para pasmo de quantos privaram de sua companhia, decide tornar-se monge. Por quê?

Qualquer tentativa empreendida para se tentar compreender o porquê de uma decisão como essa, inevitavelmente fracassará.

Em um livro de sábias ponderações acerca das coisas humanas, o Marquês de Maricá observou que de um modo geral “é somente no alto da vida, que passamos a compreender o que de fato é essencial.”

Não é frequente que alguém que esteja subindo a íngreme senda da existência veja com clareza, enquanto percorre entusiasmado o seu trajeto existencial, o que é verdadeiramente importante. O normal – compreende-se facilmente que assim seja – é que se perca tempo com trivialidades não essenciais de que os viajantes muitas vezes lançam mão para não

morrerem de tédio.

O filósofo Alemão Friedrich Nietzsche escreveu com rara lucidez que “os grandes valores da vida são quase sempre compreendidos tardiamente ou postumamente.”

Tudo leva a crer que tendo entrado naquela fase da vida em que as paixões esfriam, dando lugar a uma visão mais serena, desapassionada e tranquila do complexo fenômeno humano em todas as múltiplas dimensões que o englobam, o octogenário Hélio Silva passou talvez a encarar a vida de um modo bem diverso daquele pelo qual a tinha encarado nos dourados e preciosos anos de sua inquieta juventude, transbordante de nobres ideais e de elevadas aspirações cívicas e patrióticas.

O tempo fugaz passara depressa e vendo Hélio aproximar-se a “indesejada das nações” resolveu que era chegada a hora de dar a sua vida uma orientação totalmente diversa da precedente.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatarde.com.br

Alta nos preços

Que país é este? Há congelamento salarial para servidores públicos, os trabalhadores da rede privada tiveram redução nos seus salários, além de contarmos com um imenso quantitativo de desempregados. O período pandêmico só se justifica quando a perda é do trabalhador. Entre os produtos, os alimentos e os eletrodomésticos tiveram alta nos preços e os combustíveis então viraram uma chacota aos consumidores. Se a circulação da economia se dá através do consumo, por que tirar o poder de compra das pessoas? Lamentavelmente, não há nenhuma ação de deputados ou governantes contra essa situação humilhante e desumana que está levando milhares de pessoas à miséria. SINVAL BRITO, SINVALBRIT@HOTMAIL.COM

Futebol na UTI

As pífias campanhas realizadas pelos clubes baianos em todas as divisões não ocorrem por acaso. A estrutura política viciada imposta há décadas no futebol baiano nos obriga a engolir comida requeimada de péssima qualidade. Bate uma saudade danada no peito ao relembrar os tempos de adolescente, quando a Fonte Nova representava uma extensão de nossos lares, sem as tais torcidas organizadas, apenas aficio-

nados que lotavam as arquibancadas – tinha preferência pela geral em razão do caráter socializante – para curtir seu clube preferido entre amigos, tudo junto e misturado. Época de Bocão e Trinta. Era bom demais. Com a profissionalização do futebol, tudo isso passou a fazer parte de um passado inesquecível, infelizmente substituído pelo segmento empresarial voltado para o lucro, verdadeiro paraíso das ilicitudes, tendo como carro chefe a sonegação, lavagem de dinheiro e outros bichos.

Se a circulação da economia se dá através do consumo, por que tirar o poder de compra das pessoas? Lamentavelmente, não há nenhuma ação de deputados ou governantes contra essa situação

AFIFA que o diga, atolada até o pescoço com denúncias de maracutaias milionárias em Copas do Mundo – envolvendo também a CBF –, atesta a corrupção generalizada. Tencidas tais considerações, fica fácil entender a insistência de certos cartolas em lutar pelas presidências dos clubes, inclusive aqueles que se encontram com os cofres vazios, caso do decano. Com a 3ª Divisão batendo às portas, presidente autoritário, arrogante e fugitivo – das redes sociais e imprensa –, reflete a atitude comportamental de quem retornou para reeditar o triste feito de 2005, descabido ato revan-chista que não há de ser perdoado. Pactuar com a velha e ultrapassada política carlista que insiste em manter o pernicioso status quo, significa que dificilmente sairemos da UTI. A hora de salvar o Vitória é agora, sem esquecer o uso da máscara, faz favor. No tocante ao futebol baiano, que se manifestem os torcedores dos demais clubes antes que seja tarde demais. JORGE BRAGA BARRETTO, JBBARRETTO@GMAIL.COM

Toma, Raul

A vacina é fundamental. Não me atrevo a discutir virologia, pois indubitavelmente não tenho conhecimento para isso. Todavia, existem posturas negacionistas (de pouco embasamento científico) que pre-

conizam que não devemos tomar a vacina para Covid-19. Aliás, diga-se de passagem, a vacinação é, infelizmente, alvo de politização. O saudoso Raul Seixas previu, na sua canção “O dia em que a terra parou” e aconteceu! E, ao sair do interior veio para capital: “inocente, puro e besta” (analogia àqueles que não querem tomar a vacina). Então: “toca, Raul!” Ou melhor: “toma, Raul!” Reflitamos, pois! ROMMEL ROBATTO, RMMRTT@YAHOO.COM.BR

2020, o ano que acabou

Foi-se 2020, ano atípico, que exigiu de todos novos comportamentos, acabou, sem deixar saudades para o mundo. De bom mesmo para o Brasil foi o impeachment do petismo nas urnas com votos diretos e democráticos da maioria esclarecida. O PT não ganhou uma só capital, nem mesmo cidades grandes, agora os fanáticos não poderão gritar: “foi golpe”, “volta Lula”. A falta de limites do ridículo chegam a dizer que o PT cresceu, eu até concordo, cresceu como rabo de cavalo, pra baixo em direção ao chão. É que o papel aceita tudo sem reclamar. Obrigado 2020 nem tudo foi ruim, que venha 2021 com fé e esperança, saúde e paz com o Brasil no rumo certo. LUIZ SANTANA, LUCARNO-SAN@HOTMAIL.COM

**DESTAQUES
DO PORTAL
A TARDE**



Divulgação

Inscrições para curso de tecelagem seguem até amanhã
atarde.com.br/cultura

Ponto de ônibus da avenida ACM é reativado após obras
atarde.com.br/bahia

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Repórter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL *Discurso quebrado*

A espontaneidade tem o dom de evitar a máscara do pensamento, tornando a pessoa capaz de dizer aquilo mais próximo à mente, sem subterfúgios ou escamoteamentos, como tem sido uma característica do presidente Jair Bolsonaro. Ao afirmar o chefe de Estado o fato de o país estar quebrado, no entanto, implica efeitos negativos para a cidadania e a comunidade internacional, uma vez ser o Brasil símbolo de país capaz de tornar-se potência econômica considerando suas dívidas.

Embora seja um dom a capacidade de filtrar ao mínimo a sua narrativa, pois passa a seus seguidores o valor sinceridade, um presidente de uma república

gigantesca como o Brasil pode tornar-se responsável, a partir de suas narrativas e efeitos delas gerados. Exceto se a intenção é livrar-se de apoiar a cidadania, em seu momento mais difícil, pois um país que-

Ao anunciar a própria incapacidade de gestão e a constatação de quebradeira, o presidente pode afastar investidores

brado não tem como equilibrar-se, o presidente poderia usar seu discurso para estimular a economia e motivos não faltariam nesta seara.

Ao anunciar a própria incapacidade de gestão, acrescida da constatação de quebradeira, o presidente pode afastar investidores, se formarem crença na sua confissão de incompetência. O discurso destoa de posições apresentadas pela equipe econômica, convicta na recuperação, capaz de carrear resultados para ampliar a arrecadação de impostos e a atração de parceiros comerciais.

Estaria correto o presidente, se citasse como exemplos de dificuldade a imple-

mentação de reformas importantes a fim de garantir fôlego em próximos dois anos, acrescido a um projeto de desenvolvimento. Inaceitável é confessar seu atestado de incompetência, cujo efeito pode ser a impossibilidade de aquisição de insumos para efetiva campanha de vacinação e apoio à população por estar o país em suposta situação falimentar.

A surpreendente declaração produz a sensação de prescindir o presidente eleito de atributos dos quais todo gestor de sua estatura teria necessidade: planejamento, hierarquia de prioridades, e a defesa daqueles de onde emana o poder de um primeiro mandatário.

BRUNO AZIZ



Crime legal

Divaldo Franco

Professor, médium e conferencista

Entre os acontecimentos infaustos que assinalaram o ano de 2020, no breve tempo em que se encerravam as narrações das suas desventuras, uma notícia terrivelmente infeliz atingiu-nos a todas criaturas: a Argentina, através do seu Senado, legalizava o aborto até a décima semana de gestação.

A alegria que invadiu o país na madrugada, em que multidão muito volumosa gritava enlouquecida pelas ruas de Buenos Aires (registada pelas câmeras fotográficas das redes sociais), sem máscara nem distância preventiva, numa infernal correria ao prazer, apoiava o crime de morte em detrimento à grandeza da vida.

Aos berros de exaltação do infanticídio sucederam-se um grande silêncio e uma nuvem representando a barbárie coletiva desceu sobre o grande país, que a partir de agora compromete-se a matar os embriões e fetos humanos até a décima semana.

Neste ritmo em que o conforto da mulher exige a eliminação do filho que não deseja, mas permitiu gerar, quando existem muitos recursos morais e legais que impedem a fecundação, em não distante tempo, pessoas insensíveis legalizarão a eutanásia, matando os pais que deles venham a depender ou simplesmente pessoas idosas, cujas existências pesem na economia ou futilidades da sociedade. Aliás, já têm havido algumas tentativas a esse respeito, que estão aguardando o momento selvagem para o homicídio.

Esquecem-se esses que assim pensam, que à juventude sucede a velhice, por mais disfarces estéticos e recursos para a longevidade...

O ato desafiador produzido pelos argentinos assinala a decadência moral deste período cultural e espiritual da humanidade, em que a vida, especialmente a humana, perdeu o significado, voltando aos antiquíssimos padrões da ferocidade e da violência. Os vários milênios de cultura, ética e civilização desaparecem, sucedidos pela brutalidade e paixões feroces de governantes bárbaros.

Sob todo e qualquer aspecto é lamentável esse passo, dito legal, na Constituição do país vizinho. No entanto, repetindo Martin Luther King, o pior "não é o atrevimento dos maus, porém, o silêncio dos bons."

É exatamente o que está acontecendo em relação ao aborto legal e perversamente sempre imoral.

Têm sido poucas as reações de indivíduos e grupamentos religiosos, que tecnicamente respeitam a vida. Sua Santidade o Papa Francisco, que defende as árvores da Amazônia, está silencioso ante o crime hediondo, desconsiderando o Mandamento Não Matarás, e principalmente àquele que não se pode defender.

Vivermos numa sociedade na qual se matam crianças por nascer, apenas por prazer, devemos sentir um grande consternamento.

Matar é crime nefasto e tudo devemos realizar para que o amor e suas leis substituíam a sua hediondez.

O Brasil precisa de sustentabilidade fiscal e tributária

Carlos Rodolfo Schneider

Empresário

“O país precisa decididamente abandonar a agenda do passado voltada aos favores, privilégios, ao corporativismo e às artimanhas para se apropriar do orçamento público, e tentar ir ao encaço das nações que já adotaram a agenda do futuro, da economia digital.”

O Poder Público, no Brasil, arrecada cada vez mais, extrai mais e mais riqueza da sociedade e devolve cada vez menos a ela. Em grande parte, consequência da Constituição de 1988, que foi pródiga em estabelecer direitos, sem se preocupar com as obrigações. Esses direitos levaram a muitos gastos obrigatórios e ao engessamento do orçamento público. Além da crescente captura do Estado pelas corporações, públicas e privadas, que transformaram a máquina estatal numa instituição obesa e ineficiente, um fim em si mesmo, e a serviço de poucos setores ou empresas que têm tido a ca-

pacidade de se manterem próximos ao poder. Para enfrentar esse modelo, próximo ao esgotamento, por proposta do governo, o Congresso aprovou a emenda constitucional 95/2016, conhecida por Teto dos Gastos, estabelecendo regras que limitaram o crescimento das despesas públicas. Como, todavia, os gastos obrigatórios representam mais de 90% do orçamento da União, e crescem acima da inflação por regras próprias, articuladas pelas corporações, o espaço dos chamados gastos discricionários, que infelizmente inclui investimentos, fica cada vez mais espremido. E é aí que vem à tona a histórica irresponsabilidade fiscal no trato da coisa pública no país: em vez de reduzir os gastos, tentam flexibilizar o teto.

O ministro Paulo Guedes e seus secretários têm claro que realizar essa flexibilização, antes de fazer as reformas na economia, levaria ao aumento da taxa de juros, à fuga de investidores e à perda da estabilidade econômica. Não é a limitação dos gastos públicos, um instrumento de responsabilidade fiscal, que impede a economia de crescer, e sim o excesso de

gastos, especialmente os obrigatórios.

Duas das principais reformas que precisam ser feitas para garantir a sustentabilidade fiscal são a tributária, em tramitação no Congresso, e a administrativa, que deve construir uma máquina pública mais enxuta e eficiente, efetivamente a serviço da sociedade. A proposta do governo que foi encaminhada ao Congresso vai na direção correta, mas é tímida na opinião da maioria dos analistas. Por não abranger os servidores atuais, não ajuda na solução da crise fiscal.

O país precisa decididamente abandonar a agenda do passado voltada aos favores, privilégios, ao corporativismo e às artimanhas para se apropriar do orçamento público, e tentar ir ao encaço das nações que já adotaram a agenda do futuro, da economia digital, da inteligência artificial, da computação quântica, da internet das coisas, da indústria 4.0, do blockchain, onde estamos apenas engatinhando e, portanto, despreparados para competir num mundo que continuará amplamente conectado. Senso de urgência para isso é altamente recomendável.

A TARDE

Fundado em 15/10/1912

Presidente de Honra: RENATO SIMÕES
Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER:
Lucas Lago
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:
Luciano Neves
COMERCIAL E MARKETING:
Eduardo Dute

A TARDE E MASSA!:
Mariana Carneiro
PORTAL A TARDE:
Caroline Gois
RÁDIO A TARDE FM:
Jefferson Beltrão



ASSOCIADA
À SIP -
SOCIEDADE
INTERAMERICANA
DE IMPRENSA



MEMBRO
FUNDADOR DA ANJ
- ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS



ASSOCIADA
AO IVC -
INSTITUTO
VERIFICADOR DE
COMUNICAÇÃO



PREMIADA
PELA
SOCIETY
FOR NEWS
DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MILTON CAYRES DE BRITO, N.º 204, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP: 41.820-570, SALVADOR/BA, FALE COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800, (71)3340-8500, FAX: (71)3340-8712 OU 3340-8713, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 6:30 À MEIA-NOITE. SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS. SUGESTÃO DE PAUTA: CIDADAO@REPORTER@GRUPOATARDE.COM.BR, (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3533-0855. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8612. CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3533-0850.

Veículo: Correio

Data: 07/01/2021

O QUE A BAHIA QUER SABER

Correio*

IPEA: RENDIMENTOS DE TRABALHADORES CAEM EM NOVEMBRO

EFEITO COVID-19 Em novembro de 2020, os rendimentos médios da população corresponderam a 93,7% da renda média habitual, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado ontem, que analisou os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre o mercado de trabalho. A base de dados usada pelo Ipea são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Ipea aponta que os trabalhadores por conta própria tiveram a maior redução nos rendimentos, recebendo 85,4% do valor habitual em novembro. Já os trabalhadores formais, entre aqueles do setor público e os da iniciativa privada com carteira assinada, receberam 96,9%.

CRESCER O NÚMERO DE FAMÍLIAS COM DÍVIDAS NO BRASIL

CRISE Após três reduções seguidas, o número de brasileiros com dívidas voltou a subir no último mês de 2020, informou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de dezembro apontou que 66,3% dos consumidores estão endividados, uma alta de 0,3 ponto percentual com relação a novembro de 2020. No comparativo anual, o indicador registrou aumento de 0,7 ponto percentual. Entre as famílias que recebem até dez salários mínimos, o percentual de endividados subiu para 67,7%. Já as famílias com renda acima de dez salários, o indicador aumentou para 60%. A proporção de brasileiros que usam o cartão de crédito alcançou 79,4% das famílias.



Empréstimos concedidos aos produtores rurais no segundo semestre de 2020 somaram R\$ 125 bilhões

Crédito rural sobe 18% em relação a último semestre de 2019

AGRONEGÓCIO Os produtores rurais brasileiros estão pegando mais dinheiro emprestado. Segundo o Balanço de Financiamento Agropecuário da Safra 2020/2021, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as contratações de crédito rural somaram R\$ 125,3 bilhões entre julho e dezembro de 2020. Isso representa um crescimento de 18% em relação ao emprestado no mesmo período do ano passado.

O crédito para investimento totalizou R\$ 39,57 bi-

lhões e registrou o maior crescimento, de 44%, na comparação com o segundo semestre do ano anterior. Os financiamentos de custeio alcançaram R\$ 67,86 bilhões, crescimento de 12%, e de industrialização, R\$ 7,18 bilhões, crescimento de 2%. A única modalidade a registrar queda nas contratações foram os financiamentos de comercialização, que caíram 9% e somaram R\$ 10,67 bilhões.

No crédito para investimento, que engloba compra de máquinas e melhorias no

armazenamento e na produção, os empréstimos aos pequenos produtores atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) totalizaram R\$ 8,9 bilhões. Os médios produtores, atendidos pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), contrataram R\$ 1,59 bilhão emprestados. Os demais produtores responderam por R\$ 29,07 bilhões. O maior volume das contratações foi para a modernização da frota de tratores agrícolas.

POLÍTICA SAUDITA FAZ PREÇO DO PETRÓLEO ATINGIR MÁXIMA EM 11 MESES

PRODUÇÃO Os preços do petróleo avançavam, ontem, para seu maior nível desde fevereiro de 2020, após a Arábia Saudita concordar em reduzir sua produção além do esperado em uma reunião com produtores aliados. Dados do setor mostraram ainda o recuo nos estoques de petróleo nos Estados Unidos. As informa-

ções são da Reuters.

Ainda segundo a agência de notícias, o petróleo Brent subiu 0,75 dólar, ou 1,4%, a US\$ 54,35 por barril, às 7h50 (horário de Brasília) de ontem. O petróleo dos Estados Unidos avançava 0,44 dólar, ou 0,88%, a US\$ 50,37 por barril no mesmo horário.

A Arábia Saudita, país que é o maior exportador global

de petróleo, se comprometeu, anteontem, a promover cortes adicionais e voluntários em sua oferta de petróleo de 1 milhão de barris por dia (bpd) em fevereiro e março deste ano, após um encontro realizado entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados, o grupo conhecido como Opep+.

Pis-Pasep têm reajuste após aumento do salário mínimo

ABONOS O valor do abono salarial Pis-Pasep 2020-2021 foi atualizado por conta do reajuste do salário mínimo, que passou de R\$ 1.045 para R\$ 1.100 desde o dia 1º de janeiro.

Os novos valores do Pis-Pasep serão pagos aos trabalhadores nascidos entre os meses de julho e dezembro ou com número final da inscrição entre 0 e 4 que ainda não sacaram o benefício e para aqueles nascidos entre janeiro e junho e com números de inscrição de 5 a 9 que ainda vão receber nas datas previstas no calendário de pagamentos.

O Pis é destinado aos trabalhadores das empresas privadas e é pago pela Caixa Econômica Federal. Já o Pasep é pago para servidores públicos no Banco do Brasil.

Com o reajuste do salário mínimo, o valor do abono salarial deste ano varia de R\$ 92 a R\$ 1.100, a depender da quantidade de meses em que o trabalhador esteve empregado no ano-base de 2019. O valor menor, R\$ 92,00, é pago a quem trabalhou apenas 30 dias. Já o valor mais alto de R\$ 1.100 só será pago para quem trabalhou os 12 meses de 2019.

Quem nasceu entre julho e dezembro ou tem número final de inscrição entre 0 e 4, já teve o direito de sacar o benefício ainda em 2020. Já os nascidos entre janeiro e junho e com número de inscrição entre 5 e 9 receberão no primeiro semestre de 2021. Nas duas situações, os recursos podem ser sacados até 30 de junho deste ano.

Recebe o abono quem ganhou até dois mínimos com carteira e trabalhou no mínimo 30 dias em 2019.

Auxílio emergencial foi único recurso para 2,9 milhões

PESQUISA DO IPEA Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada ontem, mostra que, em novembro de 2020, 27,45% dos domicílios brasileiros não tiveram renda proveniente do trabalho e 4,32% contaram apenas com o Auxílio Emergencial para pagar as contas, o que corresponde a cerca de 2,95 milhões de famílias.

Na comparação com outubro, houve diminuição em

cerca de 300 mil o número de domicílios dependentes exclusivamente da ajuda do governo diante da pandemia. Trata-se de uma queda de aproximadamente 0,44 ponto percentual entre um mês e outro.

O cálculo do Ipea foi feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Covid-19, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

PROGRAMA

3,2MI

de brasileiros nascidos em novembro receberam auxílio emergencial, segundo dados da Caixa

1,1

bilhão de reais foram liberados para os beneficiários que não recebiam bolsa família

49,1

mil beneficiários em novembro receberam parcela de R\$ 600,00

tística (IBGE), com apoio do Ministério da Saúde (MS), para identificar os impactos da pandemia do novo coronavírus no mercado de trabalho brasileiro.

Ainda segundo o estudo do Ipea com base nos dados do IBGE, a proporção de domicílios que sobreviveram apenas com o Auxílio Emergencial foi significativamente maior no Nordeste do país, com destaque para o estado do Piauí, em que a proporção chegou 10% das famílias, em novembro.

Por conta da redução das parcelas, o aumento na renda domiciliar média provocada pelo auxílio foi R\$ 64 menor em novembro, de R\$ 229,77, contra R\$ 294,69 apurado em outubro.

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotado	Variação
Dólar Comercial	R\$ 5,30	85,53%
Dólar Turismo	R\$ 5,32	85,54%
Euro Turismo	R\$ 6,33	85,63%

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	118.000,00	-0,23%

POUPANÇA

01/01/2021 0,000%

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.000,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,89%	2,89%	4,31%
INPC/IBGE	0,91%	3,08%	5,18%
IGP-M/FGV	3,28%	21,98%	24,52%

R\$ 12,3 bilhões não foram sacados do FGTS emergencial por trabalhadores

BENEFÍCIO A Caixa Econômica Federal informou, ontem, que R\$ 12,3 bilhões dos recursos emergenciais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) liberados pelo governo no começo da pandemia não foram sacados e, em razão disso, retornarão para as contas vinculadas dos trabalhadores, com os valores corrigidos.

O calendário de pagamentos do Saque Emergencial do FGTS no valor de R\$ 1.045 começou em junho e terminou em dezembro. Durante todo o calendário, foram disponibilizados R\$ 36,5 bilhões para 51,1 milhões de trabalhadores. Segundo a Caixa, 33,7% do total não foram retirados.

O saque emergencial foi

criado pela Medida Provisória 946/20 em meio ao conjunto de ações do governo para atenuar os impactos econômicos da pandemia. O calendário de crédito em conta e saque foi estabelecido com base no mês de nascimento do trabalhador.

A partir da data de crédito dos valores na Poupança Social Digital, os recursos pu-

deram ser utilizados em transações eletrônicas pelo aplicativo Caixa Tem e, posteriormente, os valores remanescentes ficaram disponíveis para saque em espécie ou transferência, sem custo, para outras contas.

Segundo a Caixa, cerca de 19 milhões de trabalhadores com direito ao benefício preferiram não utilizá-lo.

DÓLAR MAIS CARO

Moedas Em um dia marcado por preocupações no mercado financeiro, o dólar superou a marca de R\$ 5,30 e fechou no nível mais alto desde o fim de novembro. Depois de iniciar a manhã em leve queda, a divisa chegou a R\$ 5,35 na máxima do dia, por volta das 11h40, mas desacelerou depois que o Banco Central vendeu contratos de swap.

Veículo: Correio

Data: 07/01/2021

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Golpe de Trump alerta o Brasil

Como um Nero dos nossos tempos, o presidente Trump criou um tumulto social, incendiou o país com mentiras e ficou no Salão Oval vendo o fogo cercar as instituições americanas. O Brasil pode apenas observar ou pode se proteger. Esse é exatamente o plano do presidente Bolsonaro e por isso ele alimenta desde 2018 a teoria conspiratória em torno da urna eletrônica, das leis eleitorais do país, do STF. Ele planta para colher o que vimos ontem acontecer em Washington.

A democracia americana tem regras complexas de apuração da vontade popular, mas tem instituições fortes dispostas a manter que a Constituição seja respeitada. Por isso, o sistema derrotou a tentativa de golpe disparada pelo presidente da República. Trump usou todos os poderes da presidência para atacar a Constituição.

As cenas vistas ontem na capital americana foram chocantes. Trump decidiu levar o país à beira do colapso institucional. Esse é o modelo do presidente brasileiro. Bolsonaro sempre desprezou a democracia, arma seus seguidores e os estimula a se levantar contra os governadores. Bolsonaro se prepara e ensaia diante de nossos olhos. E ontem vimos

a dimensão do precipício.

Os acontecimentos de Washington mudaram a natureza da eleição na Câmara brasileira. Devemos imaginar o improvável, porque ele acontece. Imagina o que Bolsonaro poderá fazer se tiver as presidências das duas Casas na mão? O Congresso deve refletir sobre essas cenas. Elas foram fruto da negligência diante das segundas ameaças feitas por Trump. Um líder deletério e sem apreço pelas instituições tentou encurralar a consolidada e sólida democracia americana. É melhor que as autoridades brasileiras aprendam com o que houve. A polícia foi extremamente negligente, o Departamento de Defesa negou o pedido da prefeita

de acionar a guarda nacional para proteger o capitolio. Aqui, Bolsonaro distribui mimos para militares e cultiva a fidelidade da Polícia Militar. Ignorar os riscos é o maior risco.

Quem plantou todo o conflito e conspirou contra a democracia americana foi Donald Trump. Insistentemente, através dos seus tweets e discursos, ele estimulou extremistas, como fez com os racistas radicais, Proud Boys, mandando-os ficar de prontidão. Eles ficaram. Nos últimos dias Trump várias vezes convocou seus seguidores para a "batalha do dia seis". Ontem, Trump disse que eles deveriam marchar para o Capitólio. Eles entraram no Congresso para vandalizá-lo. E mesmo quando

finalmente pediu que os manifestantes voltassem para casa Trump mentiu sobre a eleição.

Há muito que o Brasil deve aprender com os terríveis eventos de ontem em Washington. Bolsonaro alega que houve fraude na eleição que ele ganhou. O que fará se perder em 2022? O sistema político terá força suficiente para enfrentar um ataque de um homem que vem conspirando contra a democracia desde o primeiro dia no Planalto? Ele participou dos atos antidemocráticos em que manifestantes pediam o fechamento do Congresso e do STF.

Os autocratas agem assim. Repetem mentiras sejam quais forem as evidências em contrário. Solapam a confiança nas ins-

tuições democráticas. Ignoram as leis. Respeitam apenas as eleições que eles ganham. E uma vez no poder usam toda a estrutura para permanecer.

Trump ontem na Casa Branca, cercado da família e dos áulicos, viu o incêndio que ele havia ateadado no país. Era dia de o vice-presidente presidir a sessão protocolar para confirmar a decisão do Colégio Eleitoral, que, após o voto popular, elegeu Joe Biden e Kamala Harris como presidente e vice-presidente do próximo mandato. Houve momentos de reafirmação da democracia, como o discurso do senador Mitch McConnell alertando que anular a decisão dos eleitores importaria um dano permanente à democracia americana. Os eleitores também falaram de novo, na Geórgia, e deram a Biden as duas cadeiras que faltavam para o controle do Senado. Uma delas será de Raphael Warnock, primeiro negro a ser senador pelo estado.

O Brasil deve olhar com seriedade tudo o que houve ontem. Um presidente que mente durante anos e sabota as bases da República um dia usará seus poderes contra o país. Precisamos fortalecer as defesas da democracia brasileira.

Mais*

TEMPORADA DE LIQUIDAÇÕES É A APOSTA DO VAREJO PARA AQUECER VENDAS NESTE PERÍODO DO ANO



Os lojistas do Salvador Shopping estão oferecendo produtos de diversos segmentos do varejo com descontos que alcançam até 70%

Varejo baiano tem descontos de até 80%

Ofertas Liquidação pós-natal movimentou shoppings centers e o comércio de rua de Salvador

Marina Hortêlio*

REPORTAGEM
@relebahia/Nonononon

A primeira semana de 2021 chegou trazendo as tradicionais promoções de começo de ano. Quem esperou a virada para fazer as compras pode aproveitar os descontos de até 80% praticados pelas lojas nessa época. A profissional de marketing Amanda Peixoto, 21 anos, soube ter paciência e, assim, economizar. Ela estava de olho em uma bolsa desde novembro de 2020, mas esperou o preço cair com o encerramento dos festejos de final de ano para levar o item para casa.

"Quería comprar a bolsa para me presentear de Natal, mas ela estava fora do meu orçamento. Então, decidi esperar mais um pouco, sabia que iriam ter promoções em janeiro ou em fevereiro. Sem-

pre tem pós-Natal. Assim, comprei agora pra me presentear de aniversário", diz.

No período, nem todas as lojas oferecem o mesmo desconto, mas, no geral, os estabelecimentos reduzem os preços em até 70%, aponta o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze. "O comércio mantém a tradição de liquidação no começo do ano. O desconto de até 70% se tornou um padrão colocado nos últimos anos, mas isso varia de acordo com o setor", informa.

A rede Magazine Luiza fôge do padrão ao realizar uma queima de estoque com produtos com até 80% de desconto, pelo superapp, site e lojas físicas. Para evitar aglomerações, a Liquidação Fantástica do Magalu tem parte das ofertas diluída em quatro dias, começando hoje e se estendendo até o domingo. O dia D do evento ocorre amanhã.

Alguns centros comerciais

realizam promoções gerais. Entre amanhã e o domingo, o Shopping Barra vai realizar a Lavagem do Barra. Os descontos só serão divulgados durante o período, mas já é possível encontrar ofertas no estabelecimento. Na Caminata, um modelo da bolsa Luz da Lua está com 36,3% de desconto, saindo de R\$ 769,90 por R\$ 489,90.

Até sábado, o Shopping Center Lapa promove o Saldão de Natal do Center Lapa com descontos de até 50% em diversas lojas. Os lojistas do Shopping Paralela estão com promoções pós-Natal de até 70% de desconto.

Mesmo sem ações promocionais do estabelecimento, é possível achar descontos de até 70% em lojas do Salvador Norte Shopping, especialmente no setor de moda. O Shopping Bela Vista não possui uma promoção específica, mas as lojas dão descontos, chegando a ultrapassar os 70%.

VEJA ALGUMAS OFERTAS

● **Salvador Norte Shopping** Centauro: tênis Olympikus - diversos modelos por R\$ 169,99; na compra de dois, o total fica R\$ 269,99

● **Shopping Barra Caminata** - bolsa Luz da Lua - de R\$ 699,90 por R\$ 499,90 (28,5% de desconto) e de R\$ 769,90 por R\$ 489,90

● **Shopping Itaigara** Constance - sandália de salto de R\$ 139,99 por R\$ 79,99 (desconto de 42,8%)

● **Shopping Paseo Itaigara** Barrigudinhas e Chorões - Conjunto berço com cômoda com 40% de desconto

● **Shopping Center Lapa** O Boticário - hidratante My Lily, de R\$ 99,90 por R\$ 59,90 (40% de desconto)

● **Shopping Paralela Dinni** - sandália de salto Vizzano: De R\$ 119,99 por R\$ 69,99 (41,6% de desconto)

● **Shopping Bela Vista** Macacão Isabelle da loja Zimzane, de R\$ 199,99 por R\$ 99,99 (50% de desconto)

● **Shopping da Bahis Natura** - Pôs sol, de R\$ 38,90 por R\$ 31,90 (17,9% de desconto)

● **Shopping Piedade** Óticas Carol - Armação de Grau VG - de R\$ 225 por R\$ 180 (20% de desconto)

● **Salvador Shopping** Sapato Democrata - R\$ 189,90 por R\$ 99,90 (47,3% de desconto)

No Shopping da Bahia, as lojas também praticam descontos altos. Na Camicado, os produtos têm 50% de abatimento. Os descontos de até 70% também são encontrados em lojas do Shopping Itaigara, como na Loja Mee.

Quem está procurando vestidos pode passar na loja Trampolim, do Shopping Piedade, onde um modelo longo está com 46,9% de desconto - de R\$ 112,99 por R\$ 59,99. Descontos variados são encontrados no Shopping Paseo Itaigara. A loja Via Zappa, por exemplo, está com uma redução de preço entre 30% e 70%.

No Salvador Shopping os lojistas garantiram descontos de até 70% aos clientes, como acontece na Hope. Nas Casas Bahia, o cliente pode encontrar descontos de até 70%, tanto nas lojas físicas, quanto no site e aplicativo. As promoções de começo de ano duram até domingo.

LOJAS DE RUA

O presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio da Bahia (Sindilojas), Paulo Motta, acredita que a ida dos consumidores nas lojas físicas deve ser menor neste ano pela impossibilidade de aglomeração causada pela pandemia. "A previsão é de pouco entusiasmo. Não tenho visto nenhuma promoção muito agressiva no comércio como um todo. Com o problema para repor mercadoria, as compras de dezembro foram feitas de forma cuidadosa para evitar a grande formação de estoque", diz.

Motta acredita que os maiores descontos devem ser observados nos e-commerces que, para ele, possuem um potencial de vendas maior em meio à pandemia.

Já o consultor econômico da Fecomércio-BA aponta que os descontos de 70% também devem ser praticados nas lojas online, mas ressalta que o e-commerce tem particularidades podendo trazer preços diferentes. "Esse não é um período tradicional do e-commerce porque eles fazem promoções ao longo do ano. Entretanto, as vendas online serão uma saída para muita gente em 2021, inclusive para a liquidação", afirma.

Já entre os estabelecimentos que ficam nos shoppings e as lojas de rua, o percentual de desconto deve se manter o mesmo, de até 70% no geral.

"Existe uma ascensão das lojas de rua pelos custos mais altos praticados nos shoppings e a maior facilidade de negociar o valor do produto em estabelecimentos localizados nas ruas. O auxílio emergencial também traz essa migração", afirma o diretor Jurídico do Sindicato dos Comerciantes do Salvador, Alfredo Santiago. *COM A ORIENTAÇÃO DA SUBCHIEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LOBO

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uoi.com.br

Raio Laser

O alerta de Rui

O governador Rui Costa (PT) foi às redes sociais condenar a invasão dos apoiadores do presidente dos EUA, Donald Trump, à sede do Congresso americano na tarde desta quarta-feira (6), enquanto o vice-presidente Mike Pence presidia a sessão conjunta do Congresso que deveria certificar formalmente a eleição de 2020 para o democrata Joe Biden. "A invasão ao Capitólio é um ataque sem precedentes à democracia dos Estados Unidos, mas também é um sinal de alerta para todo o mundo. Esta tentativa de Golpe de Estado na maior democracia do planeta nos mostra onde pode chegar a política do ódio, do radicalismo e das fake news", escreveu o governador no Twitter.



Rui Costa

Trump pede saída de invasores, mas volta a dizer que eleição foi roubada

Suposta fraude nunca foi comprovada. Redes sociais tiraram vídeo do ar.

Só duas

Reeleita prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT) anunciou ontem, por meio das redes sociais, a sua nova equipe de gestão. Dos 21 nomes, apenas duas componentes são mulheres. Número bastante reduzido se a comparação for feita, por exemplo, com a equipe montada pelo prefeito de Salvador, Bruno Reis, que tem 10 mulheres nas 24 principais pastas.

Interino

O presidente da Câmara de Vereadores de Firmino Alves, vereador Fabiano Sampaio, tomou posse interinamente da Prefeitura, ontem, em cerimônia realizada na Casa legislativa. O vereador assumiu o cargo após o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) indeferir o registro de candidatura de Padre Aginaldo (PDT), que foi eleito prefeito da cidade. Ele chegou a tomar posse

ele chegou a tomar posse, mas teve a diplomação e a posse anuladas pelo TRE.

Demissões

A demissão em massa de 30 profissionais do Hospital Nair Alves de Souza, em Paulo Afonso, no nordeste da Bahia, foi alvo de duras críticas do deputado federal Valmir Assunção (PT) ontem. A unidade de saúde era comandada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e foi entregue para gestão do município no dia 1º de janeiro de 2021. No entanto, na última segunda-feira (4), 20 mulheres e 10 homens foram surpreendidos com a demissão em massa pela companhia.



Valmir Assunção

Na mira

O empresário Dirceu Di Domênico, um nome pouco conhecido fora das fronteiras de Formosa do Rio Preto, está no centro da Faroeste, que investiga denúncias sobre grilagem de terras e suborno de juizes e desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia. A subprocuradora-geral da

República Lindóira Maria Araújo acredita que Di Domênico seria um dos financiadores do suposto cônsul da Guiné Bissau Adailton Maturino, acusado de chefiar organização que teria comprado decisões judiciais para se apoderar de 366 mil hectares de terras no oeste da Bahia.

Foras da Leil

O orgulho americano está fortemente ferido. Até então, a grande Nação do hemisfério norte assistia e criticava movimentos que tais, quando ocorridos em outros países. Agora, não. Após 230 anos, a Constituição dos EUA sofre um confronto de manifestantes políticos pró-Trump, que não aceitam Biden presidente. Para isso, invadem e interrompem uma sessão confirmatória do Parlamento Americano. Claro, incitados pelo atual presidente, que não admite deixar o poder. Foi o dia da mais poderosa Nação do mundo ter o seu dia de "republiqueta sul-americana".

Atividades retomadas

A Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) decidiu voltar a fazer atendimentos remotos, por causa dos aumentos de casos de Covid-19 no estado. Com isso, os atendimentos presenciais são apenas para urgências e para população em situação de rua. Prazos e recebimentos de documentação, que não puderem ser feitos pela internet, também serão feitos presencialmente. Nesses casos, que são considerados excepcionais, a DPE vai atuar com protocolos de biossegurança, como o uso de máscara e o distanciamento social.

Esporte

Por meio de um projeto de indicação apresentado ontem na Câmara Municipal, o vereador Téo Senna (PSDB) sugeriu ao prefeito Bruno Reis (DEM) que seja reconhecida a prática de



Não vai colar

Investigadores da Faroeste teriam tomado conhecimento de que um magistrado no qual estão de olho a partir de apurações e delações que começam a ser tomadas teria tentado esquentar imóveis de que é proprietário, e que, muito à primeira vista, são incompatíveis com sua renda. E avisam a jornalistas que o estratagema simplesmente não vai colar.

Segundo escalão

O prefeito Bruno Reis (DEM) ainda está em processo de montagem do seu segundo escalão. Com uma gestão que quer ser de "continuidade, mas sem continuísmo", como ele definiu, as peças ainda são arrumadas. Quem deve ganhar uma função na estrutura municipal é o ex-vereador Felipe Lucas (DEM). Ele vai assumir a diretoria de Esportes da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre). Apesar da boa votação, Lucas ficou pelo caminho na disputa pela Câmara. Na gestão Neto, ele foi chefe da Secretaria de Ordem Pública (Semop).



Bruno Reis

Vacinas

O governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias (PT), criticou a atuação do governo federal em relação ao cronograma da vacina contra a Covid-19. O governador foi o entrevistado do programa Ligação Direta, da rádio Salvador FM, na manhã desta quarta-feira (6). Para ele houve uma grande falha nas ações e o Brasil poderia ser um dos primeiros países

Sem votação

A votação que criaria o Fundo Garantidor da Ponte Salvador-itaparica, de R\$ 750 milhões, ficou para depois na Assembleia Legislativa da Bahia. A bancada de governo, comandada pelo deputado Rosenberg Pinto (PT), queria apreciar a matéria ontem, mesmo dia em que, virtualmente, os parlamentares aprovaram o PPA. Ontem, mais cedo, o Orçamento e o Fundo foram aprovados nas comissões.

Vacinação

A meta da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (SMS) é vacinar 90 mil pessoas por dia, contra a Covid-19. Mas não há previsão de quando a campanha de vacinação contra o coronavírus começará no Brasil, porque ainda não há vacinas aprovadas no país. Apesar disso, o plano de vacinação da capital baiana está pronto desde o final de 2020, mas só deverá ser anunciado neste mês pelo prefeito Bruno Reis.

Quem dirial

Após as manifestações nos EUA, com a invasão do Capitólio, o presidente Nicolas Maduro, da Venezuela, declarou-se preocupado "com estas ameaças à democracia". Quem ouviu a declaração do ditador, logou questionou: "Que moral tem o Maduro para assim posicionar-se?"

Prorrogação

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, anunciou ontem a prorrogação de decretos com medidas contra a Covid-19, que venceriam hoje. Um dos decretos renovados foi a proibição da comercialização e o consumo de qualquer tipo de bebida em espaços públicos dos dois bairros, de sexta a domingo, das 17h às 7h. As renovações valem por 15 dias. Bruno Reis também prorrogou o fechamento de cinemas, teatros, casas de espetáculos e clubes sociais. Nesta última sessão,

a vacinar sua população. "A falha é gigante. Se a gente olha a quantidade de óbitos no Brasil, na proporção de outros países, vemos o tamanho do estrago. Se olharmos a quantidade de pessoas que ficarão com sequelas em relação à Covid-19, é enorme. [O governo] falhou no plano nacional, na rede de saúde, nos respiradores, nos exames, no aparato de proteção das barreiras do país. Agora, não pode falhar pela segunda vez com a vacina, e por isso que temos que trabalhar todos unidos, independente de disputa política. Precisamos pensar na saúde do brasileiro", reforçou.

500 mil

A Bahia ultrapassou a marca de meio milhão de pessoas infectadas pelo coronavírus (Covid-19) em dez meses da pandemia. Somente ontem, foram registrados 3.038 casos da Covid-19. Dos 502.938 casos confirmados, 488.294 já são considerados recuperados, 5.340 encontram-se ativos e 9.304 tiveram óbito confirmado. Os casos confirmados ocorreram em 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (22,47%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram Ibirataia (10.436,26), Muniz Ferreira (8.582,59), Conceição do Coité (8.498,47), Jucuruçu (8.152,53) e Pintadas (8.086,61).

Repúdio

Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal, disse que "os EUA certamente saberão responsabilizar os grupos que atentaram gravemente contra sua história republicana. Milícias presenciais ou digitais, discursos de ódio e agressões às Instituições corroem a Democracia e destroem a esperança em um futuro melhor e mais igualitário."

Desaprovação

Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado e do Congresso Nacional, disse que "as imagens vistas de invasão ao Congresso Nacional americano, na tarde de ontem, em uma tentativa clara de insurreição e de desprezo ao resultado das eleições por parte de um grupo, são inaceitáveis em qualquer democracia e merecem o repúdio e a desaprovação de todos."

Reis.

Espaços

O vereador e líder do Podemos na Câmara de Salvador, Emerson Penalva, vai compor três importantes comissões temáticas no Legislativo soteropolitano: Educação, Esporte e Lazer; Assistência Social e Direitos das Pessoas com Deficiência e Legislação Participativa. Os nomes dos membros foram publicados no Diário Oficial. "Todos esses temas foram discutidos durante a minha campanha eleitoral, e agora farei jus a cada voto, a cada debate que fiz nas comunidades sobre melhorias na educação, acesso ao esporte e lazer como instrumento de transformação social", reforçou o edil."

Neste último, apenas atividades esportivas estão permitidas.

"Maravilha"

Um dia depois de dizer que o Brasil estava "quebrado", o presidente Jair Bolsonaro mudou o tom e afirmou ontem que o país está uma "maravilha", responsabilizando a imprensa por uma "onda terrível" com a repercussão de sua fala na terça-feira. Em conversa com apoiadores, o chefe do Executivo minimizou a primeira declaração, que repercutiu negativamente no meio político e no mercado financeiro.

atividade física, ministrada por profissionais de Educação Física, como atividade essencial, garantindo com isso que estabelecimentos destinados a essa finalidade, como academias e centros de esporte e lazer, tenham o funcionamento garantido durante a pandemia da Covid-19. "Acredito ser possível estabelecer protocolos rigorosos que respeitem as recomendações de distanciamento social, higiene e limitação do número de pessoas nesses espaços para garantir que a população não deixe de praticar atividade física durante a pandemia, num cenário de reforço das medidas contra o coronavírus, caso o número de infectados aumente. A prática de exercícios traz mais saúde física e mental e bem-estar para as pessoas", defendeu Téo Senna.



Téo Senna

Violência

O vereador Claudio Tinoco (Democratas) criticou os índices de violência na Bahia após os casos ocorridos no Largo de Santana, no Rio Vermelho, e na praia de Jaguaribe. Segundo o democrata, estas ocorrências, associadas aos altos números de homicídios, são reflexo da "insegurança implantada pelo PT" no estado. "Bahia está sem comando na segurança da população. Quem vai

pagar pelas vidas perdidas, governador (Rui Costa, do PT)? Tudo reflexo da insegurança implantada pelo PT de Jaques Wagner (senador e ex-governador, do PT) e Rui Costa", afirmou Tinoco, em suas redes sociais.

Reação

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, disse que "a invasão do Congresso norte-americano por extremistas representa um ato de desespero de uma corrente antidemocrática que perdeu as eleições. Fica cada vez mais claro que o único caminho é a democracia, com diálogo e respeitando a Constituição."

Mortes

O Brasil se aproximou dos 200 mil mortos pela Covid-19 ontem. Segundo o consórcio de veículos de imprensa, foram computados 199.043 óbitos causados pela doença.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

RAUL MONTEIRO

Imbróglio entre PSD e PP na Assembleia expõe governador Rui Costa



O governador Rui Costa (PT) parece ter se metido numa camisa de sete varas no episódio da disputa pela presidência da Assembleia Legislativa da Bahia, uma arenga que ainda vai se arrastar pelo menos por um mês até a data em que os deputados finalmente se reunirão para escolher, pelo voto em plenário, o sucessor do atual presidente, Nelson Leal (PP). Pelo que confirmou a jornalista, de fato, Rui avalizou um acordo pelo qual o PP deveria apoiar o PSD para a sucessão de Leal, mas o acerto, depois de contestado pelo primeiro partido, ao que se constata, entrou pelo ralo.

A disputa teria um contorno mais simples se não colocasse em campos opostos os dois principais parceiros políticos do PT no Estado - o vice-governador João Leão, dirigente máximo do PP, e o senador Otto Alencar, presidente estadual do PSD. Otto não aceita o argumento de Leão de que o cenário mudou, inclusive por causa

da pandemia, motivo porque ao PP deveria ser dada a oportunidade de suceder Leal, que promoveu uma gestão saneadora na Casa reconhecida por Rui. Por esta razão, o líder do PSD reivindica o cumprimento do acordo, alegando que foi avalizado pelo governador baiano.

Mas, independentemente da pressão exercida pelos dois caciques em favor de suas próprias teses e da disputa em que ambos voluntariamente já se colocaram, com repercussões para o ano da sucessão estadual, de 2022, em que é certo que estarão em uma das duas chapas majoritárias que concorrerão - a do governo ou a da oposição -, quem acabou colocado na posição mais delicada é o governador. Talvez por inexperiência ou pela prosaica falta de intimidade com a política, Rui deixou-se enredar numa situação que, em tese, caberia apenas a dois partidos adultos e vacinados da base dirimir.

Agora, é a autoridade dele que está em xeque, independentemente da posição que venha a

tomar. A bem da verdade, da exigência original de que fizesse prevalecer o acordo, o que em tese o levaria a obrigar o PP a acatar o acerto, as legendas evoluíram para uma outra demanda, na qual se dividem entre um pedido para que ele mantenha a neutralidade ou entre em campo por um dos candidatos, no caso Adolfo Menezes, do PSD, por quem tem, de fato, manifesta preferência. O que os que exigem seu envolvimento na disputa não podem descon siderar, no entanto, é, primeiro, que os dois partidos são igualmente da base.

E, segundo, que ele comporta uma incongruência, qual seja, a de participação do governador numa decisão que cabe a um Poder independente, com o qual a conviência do executivo deve ser harmônica e, portanto, respeitosa. Além disso, falta ao governador o que seria a motivação principal para ingressar na disputa, o que o implica no risco de se desentender com o parceiro contra o qual se voltar na eleição ao Legislativo: o principal adversário de Adolfo, Nilinho, apresentado pelo PP, não é um deputado da oposição. Mais uma prova de que Rui se meteu numa baita trapalhada.

* Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às quintas-feiras.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 07/01/21	



Quinta, 07 de Janeiro de 2021 - 09:40

Com 2ª onda de Covid-19, governo pede à AL-BA renovação de decreto de calamidade

por Bruno Luiz



Foto: Fernando Vivas | GOVBA

O governador Rui Costa pediu à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) a renovação, até 30 de junho deste ano, do decreto que institui estado de calamidade pública na Bahia por causa da pandemia de Covid-19. Em mensagem encaminhada ao presidente da Casa, Nelson Leal (PP), Rui argumenta que estender o prazo de validade da medida é necessário porque o estado vive uma segunda onda da doença.

Por meio do decreto, o governo pretende ficar livre de obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como atingir metas fiscais e limitar o empenho de recursos em caso de aumento da dívida pública. Com isso, o estado pode investir em medidas de combate à pandemia sem eventualmente ser responsabilizado por violar a LRF.

Caso aprovado, o pedido renova a validade do decreto de calamidade aprovado em março do ano passado pela AL-BA, no início da pandemia, já que os efeitos da norma expiraram em 31 de dezembro.

“Assim, e diante do quadro de pandemia do novo coronavírus, dos reflexos sociais, econômicos e de saúde pública, e ainda da necessidade de atuação dos Poderes do Estado da Bahia para proteção de todos os baianos, venho solicitar a Vossas Excelências a renovação do reconhecimento e declaração do estado de calamidade pública”, diz trecho da mensagem.

Rui lembra que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu em 30 de dezembro a validade da lei que autoriza governos locais a manterem medidas de isolamento, quarentena e uso de máscaras em razão da pandemia. A decisão não vale, no entanto, para outros pontos da legislação como o que prevê a dispensa de licitação para a compra e contratação de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência sanitária; e o que permite que prazos sejam reduzidos pela metade na licitação pela modalidade pregão, eletrônico ou presencial, para a compra de material relacionado ao combate à doença.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 07/01/21	



JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: A VACINA, O LOCKDOWN E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA



admin 7 Janeiro, 2021

Nas duas últimas semanas não se ouviu falar o Ministro da Economia e nem era preciso, afinal neste momento a única medida de política econômica indispensável é a vacinação em massa, como reconheceu o próprio Paulo Guedes. O início imediato da vacinação é fundamental porque no primeiro momento vai focar nas populações de alto risco, que, com eficiência, podem ser vacinadas em dois ou três meses.

Com isso, afasta-se o fantasma do lockdown, pois se os grupos de risco, responsáveis pelo maior número de internações, começarem a ser vacinados, a pressão nas UTIs será gradualmente menor e o sistema de saúde poderá administrar com mais eficiência a pandemia. Isso é importante, porque as propostas de implantação de novo lockdown estão voltando e se elas se concretizarem o efeito na economia será desastroso.

Os países da Europa podem se dar ao luxo de fazer lockdown porque são economias fortes, com lastro em euros, e ainda tem o apoio e a ajuda financeira da União Europeia. Bem diferente do Brasil, com seus quase 15 milhões de desempregados, cujas contas públicas estão em frangalhos, a ponto do presidente da República dizer que o país está quebrado. O Brasil já terá um primeiro trimestre muito difícil, no qual será necessário buscar alternativas para compensar o fim do auxílio emergencial e de outras medidas de apoio à população e aos pequenos e médios empresários e, se uma nova rodada de isolamento social rígido for implantada, os efeitos serão graves.

Aqui vale lembrar que não se trata de escolher entre saúde e economia, mas de adotar uma política racional, que coíba fortemente as aglomerações nas ruas, em festas e

praias, que faça intervenções localizadas e exija a observância rigorosa dos protocolos de segurança, mantendo, porém, o funcionamento da economia e colocando o lockdown como a última das alternativas. Aliás, são compreensíveis as declarações do Prefeito de Salvador, Bruno Reis, que considerou radical as propostas do Comitê Científico do Nordeste propondo um novo lockdown na região, afinal Salvador é uma cidade com mais de 60% de sua população sobrevivendo de atividades informais e, sem o auxílio emergencial, o efeito do isolamento social nos estratos de renda mais baixos será dramático.

Além disso, cerca de 70% do PIB soteropolitano é gerado no setor serviços, o que mais sofreu no ano passado, e as empresas do setor dificilmente teriam condições de enfrentar uma nova rodada de isolamento social. Muito mais racional do que propor um lockdown é exigir que a ANVISA agilize a aprovação das vacinas e que o governo federal forneça data e estratégia para dar início à vacinação imediata de idosos inclusive, se a comunidade científica der o aval e a eficácia for mantida, o uso de apenas uma dose no momento inicial para que a disseminação seja maior.

Olhando para a economia baiana é possível verificar que a retomada dos negócios já é uma realidade, detectável nos principais indicadores econômicos, inclusive no setor turismo, e isso mostra a resiliência de nossa base produtiva, embora ainda estejamos longe dos níveis de atividade verificados antes da pandemia. Sustar essa recuperação com um isolamento social amplo será cortar as pernas da retomada econômica e, se assim for, vai demorar para que ela possa voltar a andar.

O DELAY E A ECONOMIA

Tudo em economia tem um delay, ou seja, qualquer ação leva algum tempo para fazer efeito. A injeção de R\$ 50 bilhões de reais por mês na economia, por conta do auxílio emergencial, aumentou o consumo, que é a variável econômica que responde mais rápido aos estímulos e foi o responsável pelo crescimento de 7,7% do PIB no 3º trimestre. Mas o estímulo teve dois efeitos retardados: de um lado o aumento da inflação e de outro a escassez de produtos muito demandados. O delay também se verifica no controle da inflação e ela, que se disseminava vagarosamente, começa a dar sinais de aceleração. Se não houver sinais de que vai ser contida, a previsão inflacionária se auto realizará.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 06/01/21	



RUI DESTACA GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NA BAHIA E DIZ QUE PELO SEGUNDO ANO ESTADO É LÍDER NO PAÍS



admin 6 Janeiro, 2021

O Governador da Estado da Bahia, Rui Costa, anunciou hoje (6) em seu Twitter, que, pelo segundo ano consecutivo, o estado se manteve como líder no ranking de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no país. Segundo o representante, a atividade elétrica produzida pelas fontes eólica e solar tem capacidade para atender 13,5 milhões de casas. “Nós apostamos no futuro, no desenvolvimento que promove o uso sustentável dos recursos naturais”, escreveu o governador. De acordo com ele, esses setores são considerados os mais promissores e “geram emprego e renda a milhares de trabalhadores baianos, especialmente no interior do estado”. Rui Costa afirmou que a meta do governo do estado baiano é de colocar a Bahia como “referência nacional em investimentos do país”.

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 06/01/21	



Bahia

Por segundo ano consecutivo, Bahia lidera ranking de geração de energia com fontes renováveis no país, diz Rui Costa

Governador da Bahia afirma que meta do governo é de colocar o estado como 'referência nacional em investimentos do país'



Foto : Paula Froes/Govba

Por **Adele Robichez** no dia 06 de Janeiro de 2021 · 12:40

O Governador da Estado da Bahia, Rui Costa, anunciou hoje (6) em seu Twitter, que, pelo segundo ano consecutivo, o estado se manteve como líder no ranking de

geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no país. Segundo o representante, a atividade elétrica produzida pelas fontes eólica e solar tem capacidade para atender 13,5 milhões de casas.

“Nós apostamos no futuro, no desenvolvimento que promove o uso sustentável dos recursos naturais”, escreveu o governador. De acordo com ele, esses setores são considerados os mais promissores e “geram emprego e renda a milhares de trabalhadores baianos, especialmente no interior do estado”.

Rui Costa afirmou que a meta do governo do estado baiano é de colocar a Bahia como “referência nacional em investimentos do país”.

Veículo: Bocão News	Coluna: Política
Data: 07/01/21	



POLÍTICA

Perda de arrecadação com renúncias fiscais para 2021 é de R\$ 457 bilhões



07 de Janeiro de 2021 às 09:15

Por: Isac Nóbrega PR Por: Redação BNews

Está prevista a concessão, a ser realizada pelo governo federal, de R\$ 456,6 bilhões em benefícios tributários em 2021. É o que mostra estudo da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), obtido pelo site Poder360.

O valor representa cerca de 5,9% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB). Supera em 48% a expectativa do governo. Inclui isenção de lucros (R\$ 58,9 bilhões), não implantação do imposto sobre as grandes fortunas (R\$ 58 bilhões) e Refis (R\$ 22 bilhões).

Do total previsto, R\$ 315,4 bilhões são considerados como um privilégio pela Unafisco. A cifra é 1,5% menor do que em 2020, impulsionado pela retração econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. A associação considera 54 itens como privilégios. Os 10 representam 78% do valor total previsto para 2021.

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, ouvido pelo Poder 360, avalia que as propostas de reforma tributária debatidas no Congresso (a criação da CBS, a PEC 110 e a PEC 45), se aprovadas, dificilmente mudarão as isenções que segundo ele não são justificadas.

“Um problema que causa esse tipo de situação é a moral tributária. O contribuinte paga, olha para todos esses benefícios e fala: ‘Eu tô pagando de otário’. A própria arrecadação espontânea cai por causa disso”, lamentou Mauro.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 07/01/2021	Caderno: Economia



Narrativas tributárias

No Brasil, o debate tributário tem conferido muita atenção às denominadas renúncias fiscais

Everardo Maciel*, O Estado de S.Paulo

07 de janeiro de 2021 | 04h00

Desde os primórdios, a humanidade se valeu de narrativas como forma de disseminação do conhecimento e preservação das tradições e valores. Nem sempre, entretanto, elas traduziam a verdade, por ato consciente ou não do narrador.

Como ensina o jurista Ives Gandra, tributo é norma de rejeição social, o que, combinado com a exigência de conhecimentos especializados sobre a matéria, converte a tributação num território pródigo para construção de narrativas, que podem tão somente traduzir vieses ideológicos ou interesses específicos, legítimos ou não, subsistentes ou não.

No **Brasil**, o debate tributário contemporâneo tem conferido muita atenção às denominadas renúncias fiscais.

Renúncia, no campo jurídico, corresponde ao “abandono ou desistência voluntária de um direito pelo seu não exercício, pelo não cumprimento de exigências para sua conservação ou por declaração expressa” (Dicionário da Língua Portuguesa, Academia de Ciências de Lisboa). Não há, pois, renúncia diante de uma obrigação.

Renúncias fiscais se inscrevem no âmbito da extrafiscalidade, que é tão universal e atemporal quanto a própria história dos tributos. O propósito é utilizar tributos para estimular iniciativas ou robustecer condutas, coexistindo com a função arrecadatória. Esse exercício demanda parcimônia, sujeição ao interesse público e aferição de resultados.

No domínio das desonerações tributárias, o direito pátrio reserva a denominação de imunidade para as desonerações que se deduzem do texto constitucional. Imunidades, pois, encerram a ideia de obrigatoriedade, o que afasta de pronto a possibilidade de renúncia.

Há imunidades que são irrestritas, como a desoneração do **ICMS** e do **IPI** nas exportações para o exterior; outras podem ser disciplinadas por legislação infraconstitucional, como o limite de faturamento para a concessão de tratamento privilegiado e simplificado para as micro e pequenas empresas, o universo dos produtos desonerados na **Zona Franca de Manaus**, os requisitos para fruição da imunidade das entidades de assistência social.

Em ambos os casos, todavia, inexistente a possibilidade de deixar de dar curso ao mandamento constitucional. Caso o legislador não positivasse as imunidades sujeitas a restrições por lei complementar, daria pretexto ao ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão.

Jamais se aventou a possibilidade de apurar a desoneração, nas exportações, do ICMS e do IPI como renúncia, mas, não raro, se pretende qualificar como renúncias as imunidades sujeitas a disciplinamento por legislação infraconstitucional, o que constitui erro palmar.

Pode-se, por exemplo, discutir o limite de faturamento do Simples, mas jamais dispensar tratamento privilegiado e simplificado para as micro e pequenas empresas. Em outra perspectiva, é bom lembrar que a inexistência do Simples é a certeza de uma colossal informalidade, que pode recepcionar práticas perigosas, porquanto se converteria em atividade à margem da sociedade.

É certo que renúncias fiscais – não imunidades – devem ser submetidas a avaliações. Quando ineficazes, devem ser revistas por lei, conforme prescrição constitucional, observada a limitação imposta pelo art. 178 do Código Tributário Nacional, quanto às isenções concedidas por prazo certo e sob condições.

Eliminar uma renúncia fiscal não implica a constituição de equivalente montante de receitas. Pode, simplesmente, eliminar a atividade. Assim, alcança-se o pior dos mundos: não há renúncia nem receita. Cada situação, portanto, deve ser submetida à avaliação específica, sem a pretensão de generalizar.

Renúncia fiscal pode, também, estar associada a políticas sociais, a exemplo da isenção de produtos da cesta básica. A supressão dessa desoneração, mediante adoção de alíquota única na tributação do consumo, como tem sido aventado, é uma hipótese extrema de regressividade, afrontando, como observou o tributarista Edvaldo Brito, o celebrado princípio constitucional da capacidade contributiva.

*CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

IR pode diminuir, diz Unafisco



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: VERA BATISTA

O presidente mente. O país não quebrou ou quebrará se mexer na tabela do IRPF. Os recursos estão aí' Mauro Silva, presidente da Unafisco

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que o país está quebrado e, por isso, não pode reajustar a tabela do Imposto de Renda - uma de suas promessas de campanha - para aliviar a tributação sobre os assalariados e a classe média, estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) afirma que o reajuste é possível e justo. Basta, segundo a entidade, o presidente acabar com 10% dos privilégios tributários 'inúteis' para compensar uma possível perda de **arrecadação**.

'O presidente mente. O país não quebrou ou quebrará se mexer na tabela do IRPF. Os recursos estão aí', reagiu Mauro Silva, presidente da Unafisco. Nas

estatísticas da entidade, até o final de 2021, o Brasil concederá quase R\$ 306 bilhões em privilégios tributários - benefícios a empresas sem retorno ao país ou redução das desigualdades - só na esfera federal, sem levar em conta Estados e municípios. Com base nas simulações do Boletim Focus do Banco Central (porque ainda não foi divulgada a inflação de dezembro de 2020), a previsão da Unafisco é de que o impacto da correção da tabela (levando em conta o custo de vida em 2019, 2020 e 2021) seria de R\$ 25 bilhões.

Pelos cálculos, a correção seria de 12,95%. Com isso, a faixa de isenção prevista para 2021, que, hoje, começa a tributar quem ganha a partir de R\$ 1.903,98 mensais, subiria para R\$ 2.150,55 (veja ilustração). A partir daí, o desconto na fonte de 7,5% não seria mais para os cidadãos com renda de R\$ 1,903 a R\$ 2,826, e sim daqueles com salários entre R\$ 2.150 a R\$ 3.192. Passariam a descontar 22,5% contribuintes com ganhos entre R\$ 4.236 a R\$ 5.268 e não os com R\$ 3.751 a R\$ 4.664. E finalmente, caberia o desconto de 27,5% àqueles com renda acima de R\$ 5.268, e não os previstos R\$ 4.664 sem a correção de 12,95%.

O ajuste de 12,95% nos valores da tabela resultaria em tributação menor para os cidadãos, e poderia, diz Mauro Silva, ser determinado por meio de uma medida provisória, com os detalhes sobre as fontes de recursos para compensação. O primeiro ponto a ser atacado, segundo a Unafisco, é a isenção do imposto sobre a renda dos lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas aos acionistas, e os programas de parcelamentos especiais que causam, cita a entidade, perdas de R\$ 18,6 bilhões por ano. 'O imposto sobre grandes fortunas (em patrimônio superior a R\$ 5,67 milhões), com uma alíquota de 4,8%, tem potencial arrecadatório de R\$ 58,8 bilhões (já considerando uma sonegação estimada de 27%), tributando-se tão somente 220 mil contribuintes - ou 0,1% da população

brasileira', estima.

A Unafisco criou uma tabela chamada de Privilegiômetro, que consolida diversos outros privilégios tributários, como o Simples Nacional, para empresas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão; o Programa Rota 2030, que beneficia o setor automotivo, 'mas não apresenta nenhum estudo comprobatório conhecido de que o incentivo tem sido convertido em prol do desenvolvimento econômico do país', entre outros. Em uma análise de todas as isenções, a conclusão da Unafisco é de que os 10 maiores privilégios tributários correspondem a 79% do total de favorecimentos previstos para 2021.

'Os gastos tributários (isenções, anistias e remissões) chegarão a R\$ 446.770.509.224, em 2021. Os que têm notória contrapartida social e/ou econômica somam, em 2021, R\$ 141.162.975.662, pouco mais de 31% dos gastos tributários totais no ano. Portanto, os privilégios causarão renúncia de R\$ 305.607.533.563', reforça o estudo.

Cautela

Tiago Conde Teixeira, presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-DF, a correção da tabela tem que ser feita, mas com cautela. 'Do jeito que está, aumenta as desigualdades, é verdade. Mas não podemos, por outro lado, simplesmente tirar as isenções nesse momento de pandemia. Os empresários sofreram muito nessa fase. Esse é um assunto que tem que ser muito debatido', alerta. Para ele, as compensações da tabela do IRPF, ao contrário, devem vir por meio da redução dos gastos com a folha de salários, custeio com a máquina pública e até venda de imóveis ou dispensa de aluguéis de alto valor em prédios fora da

Esplanada dos Ministérios.

A grande questão está no controle de gastos, reitera o tributarista. 'É possível até que se aumentem impostos, como os de Importação e Exportação, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). E evitar que o Estado se mantenha na contramão tributando pessoas de baixa renda. Mas é importante ressaltar que também é temerário tirar incentivo de quem produz. E essas discussões devem ser feitas em outra hora, não em momento de crise', reforça Teixeira.

A mordida do Leão

Veja como ficariam os descontos no seu salário se a tabela do

IR fosse corrigida em 12,95%

(Valores em R\$)

Tabela atual

Base de cálculo Parcela a deduzir Alíquota

Até 1.903,98 --- Isento

De 1.903,99 a 2.826,65 142,80 7,50%

De 2.826,66 a 3.751,05 354,00 15%

De 3.751,06 a 4.664,68 636,13 22,50%

Acima de 4.664,68 869,36 27,50%

Dedução por dependente 189,59

Com correção de 12,95%

Base de cálculo Parcela a deduzir Alíquota

Até 2.150,55 --- Isento

De 2.150,56 a 3.192,70 161,29 7,50%

De 3.192,71 a 4.236,81 399,84 15%

De 4.236,82 a 5.268,76 718,51 22,50%

Acima de 5.268,76 981,94 27,50%

Dedução por dependente 214,14

Fonte: Unafisco Nacional

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Arrecadação

Unafisco vê espaço para correção da tabela do Imposto de Renda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vera Batista

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que o país está quebrado e, por isso, não pode reajustar a tabela do Imposto de Renda - uma de suas promessas de campanha - para aliviar a tributação sobre os assalariados e a classe média, estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) afirma que o reajuste é possível e justo. Basta, segundo a entidade, o presidente acabar com 10% dos privilégios tributários 'inúteis' para compensar uma possível perda de **arrecadação**.

'O presidente mente. O país não quebrou ou quebrará se mexer na tabela do IRPF. Os recursos estão aí', reagiu Mauro Silva, presidente da Unafisco. Nas estatísticas da entidade, até o final de 2021, o Brasil concederá quase R\$ 306 bilhões em privilégios tributários - benefícios a empresas sem retorno ao país ou redução das desigualdades - só na esfera federal, sem levar em conta Estados e municípios. Com base nas simulações do Boletim Focus do Banco Central

(porque ainda não foi divulgada a inflação de dezembro de 2020), a previsão da Unafisco é de que o impacto da correção da tabela (levando em conta o custo de vida em 2019, 2020 e 2021) seria de R\$ 25 bilhões.

Pelos cálculos, a correção seria de 12,95%. Com isso, a faixa de isenção prevista para 2021, que, hoje, começa a tributar quem ganha a partir de R\$ 1.903,98 mensais, subiria para R\$ 2.150,55 (veja ilustração). A partir daí, o desconto na fonte de 7,5% não seria mais para os cidadãos com renda de R\$ 1,903 a R\$ 2,826, e sim daqueles com salários entre R\$ 2.150 a R\$ 3.192. Passariam a descontar 22,5% contribuintes com ganhos entre R\$ 4.236 a R\$ 5.268 e não os com R\$ 3.751 a R\$ 4.664. E finalmente, caberia o desconto de 27,5% àqueles com renda acima de R\$ 5.268, e não os previstos R\$ 4.664 sem a correção de 12,95%.

O ajuste de 12,95% nos valões da tabela resultaria em tributação menor para os cidadãos, e poderia, diz Mauro Silva, ser determinado por meio de uma medida provisória, com os detalhes sobre as fontes de recursos para compensação. O primeiro ponto a ser atacado, segundo a Unafisco, é a isenção do imposto sobre a renda dos lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas aos acionistas, e os programas de parcelamentos especiais que causam, cita a entidade, perdas de R\$ 18,6 bilhões por ano. 'O imposto sobre grandes fortunas (em patrimônio superior a R\$ 5,67 milhões), com uma alíquota de 4,8%, tem potencial arrecadatório de R\$ 58,8 bilhões (já considerando uma sonegação estimada de 27%), tributando-se tão somente 220 mil contribuintes - ou 0,1% da população brasileira', estima.

A Unafisco criou uma tabela chamada de Privilegiômetro, que consolida diversos outros privilégios

tributários, como o Simples Nacional, para empresas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão; o Programa Rota 2030, que beneficia o setor automotivo, 'mas não apresenta nenhum estudo comprobatório conhecido de que o incentivo tem sido convertido em prol do desenvolvimento econômico do país', entre outros. Em uma análise de todas as isenções, a conclusão da Unafisco é de que os 10 maiores privilégios tributários correspondem a 79% do total de favorecimentos previstos para 2021.

'Os gastos tributários (isenções, anistias e remissões) chegarão a R\$ 446.770.509.224, em 2021. Os que têm notória contrapartida social e/ou econômica somam, em 2021, R\$ 141.162.975.662, pouco mais de 31% dos gastos tributários totais no ano. Portanto, os privilégios causarão renúncia de R\$ 305.607.533.563', reforça o estudo.

Cautela

Tiago Conde Teixeira, presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-DF, a correção da tabela tem que ser feita, mas com cautela. 'Do jeito que está, aumenta as desigualdades, é verdade. Mas não podemos, por outro lado, simplesmente tirar as isenções nesse momento de pandemia. Os empresários sofreram muito nessa fase. Esse é um assunto que tem que ser muito debatido', alerta. Para ele, as compensações da tabela do IRPF, ao contrário, devem vir por meio da redução dos gastos com a folha de salários, custeio com a máquina pública e até venda de imóveis ou dispensa de aluguéis de alto valor em prédios fora da Esplanada dos Ministérios.

A grande questão está no controle de gastos, reitera o tributarista. 'É possível até que se aumentem impostos,

como os de Importação e Exportação, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). E evitar que o Estado se mantenha na contramão tributando pessoas de baixa renda. Mas é importante ressaltar que também é temerário tirar incentivo de quem produz. E essas discussões devem ser feitas em outra hora, não em momento de crise', reforça Teixeira.

A mordida do Leão

Veja como ficariam os descontos no seu salário se a tabela do IR fosse corrigida em 12,95%

(Valores em R\$)

Tabela atual

Base de cálculo Parcela a deduzir Alíquota

Até 1.903,98 --- Isento

De 1.903,99 a 2,826,65 142,80 7,50%

De 2.826,66 a 3.751,05 354,00 15%

De 3.751,06 a 4.664,68 636,13 22,50%

Fazenda - Arrecadação

Acima de 4.664,68 869,36 27,50%

Dedução por dependente 189,59

Com correção de 12,95%

Base de cálculo Parcela a deduzir Alíquota

Até 2.150,55 --- Isento

De 2.150,56 a 3.192,70 161,29 7,50%

De 3.192,71 a 4.236,81 399,84 15%

De 4.236,82 a 5.268,76 718,51 22,50%

Acima de 5.268,76 981,94 27,50%

Dedução por dependente 214,14

Fonte: Unafisco Nacional

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Ajuste deve reduzir mais despesas discricionárias em 2021

Equipe econômica já se prepara para encaminhar ao Congresso uma emenda modificativa do Orçamento deste ano

Por Edna Simão — De Brasília

07/01/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A equipe econômica já se prepara para encaminhar ao Congresso Nacional uma emenda modificativa do Orçamento deste ano para fazer ajustes nas despesas. Uma delas é a inclusão do gasto de R\$ 4,2 bilhões com a correção adicional do salário mínimo devido ao fato de o Índice Nacional de Preços (INPC) em dezembro ter ficado acima do projetado pelos técnicos do governo.

O ajuste implicará, conforme fontes ouvidas pelo **Valor**, em uma nova queda da chamada despesa discricionária para o ano, que engloba os investimentos públicos e o custeio do funcionamento da máquina pública, para que o teto de gasto seja respeitado. A avaliação é que a emenda modificativa poderia contribuir para dar mais agilidade na aprovação do Orçamento deste ano. A expectativa é que a votação aconteça até março.

“Estamos discutindo a necessidade de envio de uma mensagem modificativa para ajustar as dotações e deixá-las mais atualizadas, para que a equipe do relator [do Orçamento] possa trabalhar com mais facilidade. Obviamente, haverá ajuste nas despesas discricionárias, mas o volume restante será suficiente para o funcionamento regular do governo”, explicou um técnico da área econômica.

Em dezembro, o governo revisou projeções econômicas para enviar o Congresso Nacional uma meta de déficit primário de R\$ 237,3 bilhões para o setor público

consolidado para 2021. O objetivo foi atender à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), que alertou que a meta flexível proposta inicialmente pelo governo descumpria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na ocasião, o entendimento da equipe econômica era de que a despesa discricionária precisaria ser reduzida em R\$ 12 bilhões para o cumprimento do teto de gastos, fixado em R\$ 1,485 trilhão para este ano. Agora, a avaliação é que a queda da despesa discricionária poderá ter um acréscimo de mais R\$ 4,2 bilhões, chegando a R\$ 16,2 bilhões, com o ajuste no salário mínimo.

Em meados de dezembro, a equipe estimou um salário mínimo de R\$ 1.088,00 para este ano com base em um INPC estimado de 3,2%. A inflação, no entanto, acumula alta de 5,20% nos 12 meses encerrados em novembro. A previsão da equipe econômica é que o índice termine o ano em 5,22%, elevando o salário mínimo para R\$ 1,1 mil. A correção adicional do mínimo poderá ter um impacto na despesa de R\$ 4,2 bilhões, ressaltou outro técnico do governo. Mas esse ainda não é um valor fechado, porque parte do impacto poderá ser compensado parcialmente por outras variáveis.

“Com as projeções que foram feitas no pedido de alteração da meta da LDO 2021, a discricionária teria que ser reduzida em R\$ 12 bilhões, porém estas projeções vão mudar por conta do aumento do salário mínimo, dos demais parâmetros e da realização das despesas obrigatórias”, explicou o técnico.

Se o pior cenário se concretizar, as discricionárias seriam deduzidas em mais R\$ 16,2 bilhões, passando de R\$ 83,932 bilhões para R\$ 67,732 bilhões. Alguns analistas de mercado ponderam que um nível abaixo dos R\$ 90 bilhões pode provocar uma paralisação dos serviços públicos por falta de recursos (shutdown).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Cama Box Conjugado Casal Estrutura Ortopédica 138x188x43



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Cai gasto com pessoal civil; sobe com militares

Técnicos creem que gasto com pessoal tenha caído em 2020

07/01/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Um fato pouco comum merece ser registrado. De janeiro a novembro do ano passado, a despesa da União com os seus servidores civis ativos foi 0,5% menor do que aquela registrada no mesmo período de 2019, em termos nominais, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Em compensação, o gasto com os militares ativos aumentou 12%, na mesma comparação.

A expectativa na área técnica é que esse quadro tenha se mantido no período janeiro a dezembro. Os técnicos trabalham com a previsão de que a despesa da União com pessoal ativo e inativo, civil e militar, tenha caído em 2020, em termos reais (descontada a inflação), na comparação com 2019.

| Técnicos creem que gasto com pessoal tenha caído em 2020

O efetivo controle do gasto com pessoal civil no ano passado decorreu da lei complementar 173, que proibiu a concessão de qualquer vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados de estatais. A LC 173 proibiu também criar cargo, emprego

ou função, alterar estrutura de carreira e instituir ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza.

No caso dos militares, no entanto, a situação foi diferente. O aumento das despesas no ano passado refletiu, principalmente, o impacto orçamentário decorrente da lei 13.954/2019, que reestruturou o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas.

Na época em que o projeto de lei que trata do assunto foi encaminhado ao Congresso, o governo informou que a reestruturação traria uma economia de R\$ 10,5 bilhões em dez anos, com um ganho fiscal de R\$ 97,3 bilhões e com elevação das despesas em R\$ 86,6 bilhões.

Não foram apenas os militares que tiveram aumentos em 2020. A União foi obrigada, por emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso, a incorporar no seu quadro de pessoal os servidores civis e militares dos extintos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Houve também a anualização do aumento remuneratório concedido aos docentes do Ministério da Educação.

As proibições previstas na LC 173 valem até 31 de dezembro de 2021. Por isso, o governo continuará mantendo controle sobre a despesa com o pessoal ativo civil durante todo este ano. Para eles, não haverá reajuste ou qualquer outro tipo de vantagem. Os militares, no entanto, continuarão tendo aumento, em decorrência da lei 13.954/2019.

Haverá também elevação da despesa com pessoal decorrente da medida provisória 971/2020, que aumentou a remuneração da polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito e dos extintos territórios. Mesmo com todos esses aumentos, a expectativa da área técnica é de que a despesa da União com pessoal civil e militar, ativo e inativo, continue sob controle neste ano.

Outro gasto da União que surpreendeu favoravelmente em 2020 foi com benefícios previdenciários. O Orçamento do ano passado previa uma despesa de R\$ 677,69 bilhões, mas ela deve ter ficado ao menos R\$ 8 bilhões menor, de acordo com estimativa de técnicos ouvidos pelo **Valor**

Ainda não é possível saber as razões para a forte queda do gasto previdenciário em 2020. Evidentemente, a despesa caiu em decorrência das mudanças nas regras de acesso aos benefícios, previstas na reforma da Previdência. Mas, o próprio governo projetou uma economia muito pequena nos primeiros anos da reforma. Ela irá crescer ao longo dos próximos anos.

A despesa previdenciária pode ter caído também por conta da não concessão de benefícios em função da pandemia da covid 19, que provocou, no ano passado, a suspensão do atendimento presencial nos postos do INSS. O estoque de pedido de benefícios não analisados, que já era alto no fim de 2019, deve ter aumentado durante o ano passado por causa da crise sanitária.

Para este ano, o governo terá que reprogramar as despesas com benefícios previdenciários que constam da proposta orçamentária, enviada ao Congresso Nacional no fim de agosto. A principal razão é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é utilizado para corrigir o salário mínimo e todos os benefícios previdenciários e assistenciais, ficou muito acima do imaginado.

A proposta orçamentária foi elaborada com a previsão de um INPC de 2,09% em 2020, mas o governo agora estima que o índice ficou em 5,22% - mais do que o dobro do previsto inicialmente. Isto significa que o acréscimo da despesa, em relação a este ano, também será o dobro da projetada.

Um fato surpreendente foi o aumento exponencial do chamado “empoçamento” das dotações orçamentárias no ano passado. O “empoçamento” ocorre quando o Tesouro Nacional libera o dinheiro para um determinado ministério ou órgão público e ele não consegue gastar. O dinheiro fica parado, pois o governo, na maioria dos casos, não tem liberdade para usar os recursos para pagar outras despesas.

De janeiro a novembro, o “empoçamento” estava em R\$ 34,8 bilhões. Para se ter uma ideia do que isso significa, em 2019 o “empoçamento” foi de R\$ 17,4 bilhões. O forte aumento decorreu, principalmente, da sobra de recursos destinados ao pagamento de benefícios do Bolsa Família, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**. As pessoas optaram pelo auxílio emergencial, em vez do Bolsa Família. E a

sobra de recursos ficou parada, com o governo não podendo usá-la em outras despesas.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras
E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Cama Box casal ortopédica 138x188x39 Brasil camas

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Lauro De Freitas

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Saiba como ter uma noite tranquila sem o vento do ar-condicionado.

SAMSUNG

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app

OLIST

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Fiocruz espera ter 30 milhões de doses de vacina contra a covid-19 até fevereiro

VALOR INVESTE

Bolsonaro edita MP para restringir concessão do Benefício de Prestação Continuada

Caixa da União aumenta e chega a R\$ 1,24 trilhão

Volume de recursos cresce e está perto do nível registrado antes da pandemia

Por **Fabio Graner** — De Brasília

07/01/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Depois de passar por um período de forte aperto e aumento da percepção de risco de refinanciamento da dívida, o caixa do governo federal cresceu fortemente desde agosto e atingiu em novembro a marca de R\$ 1,24 trilhão. O volume, segundo dados do Tesouro Nacional, está 66% superior ao ponto mais baixo, verificado em julho e já mais próximo dos níveis em torno de R\$ 1,3 trilhão verificados nos meses anteriores à pandemia.

O repasse de parte do lucro do Banco Central em agosto, no total de R\$ 325 bilhões, e a melhora no ambiente de captação em mercado desde outubro permitiram ao Tesouro recompor grande parte do seu caixa. O desempenho melhor da arrecadação, reflexo do desempenho mais forte do que o esperado no nível de atividade, e o déficit primário um pouco mais comportado também contribuíram.

Com isso, o Tesouro conseguiu garantir recursos mais que suficientes para bancar sua dívida que vence neste primeiro semestre, conforme noticiou o **Valor**, apesar de o presidente Jair Bolsonaro dizer que o Brasil está quebrado. Isso ainda não significa uma situação confortável, porque o país tem um elevado déficit em suas contas, que acaba exigindo mais do Tesouro em termos de financiamento de suas dívidas.

Esse quadro melhor de caixa ocorre mesmo com parte relevante dos recursos estando travada para uso em outras áreas, por conta de vinculações legais e constitucionais. Só com dinheiro carimbado de fundos e programas, o valor parado estava calculado em R\$ 349 bilhões. Mas com outros itens com destinação pré-definida, o montante parado total supera os R\$ 400 bilhões.

O governo enviou no fim de 2019 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos fundos, que permitiria desvincular esse dinheiro e usá-lo para o pagamento de dívida. A matéria depois estava sendo incorporada à PEC do Pacto Federativo, relatada pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), que acabou não andando, apesar dos esforços do fim do ano.

A equipe econômica também patrocinou o projeto de lei do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que mudava a destinação dos recursos, permitindo o uso no combate à pandemia, o que acabaria liberando parte do dinheiro para pagar dívida. Mas a matéria também não avançou e o país segue com um volume enorme de recursos parados.

Já a parcela reservada para a dívida estava em R\$ 768 bilhões, de acordo com os dados oficiais do Tesouro. Se forem considerados os recursos não vinculados/ordinários, que em novembro estavam em R\$ 61 bilhões e poderiam ser usados para esse fim, o saldo supera a marca de R\$ 800 bilhões.

O volume é suficiente para bancar todo o volume de títulos que vence no primeiro semestre. Mas entre dezembro e o início de janeiro o Tesouro já captou mais R\$ 188 bilhões, enquanto os vencimentos de dívida nesses dois meses somam R\$ 127,5 bilhões. A diferença não pode ser somada diretamente ao caixa porque o país é deficitário e tem usado recursos de dívida também para arcar com suas despesas correntes.

É o caso, por exemplo, dos gastos previdenciários. Como essa conta não fecha sozinha e depende de financiamento em mercado, nos dados de caixa aparecem valores negativos tanto no regime próprio (servidores) como no regime geral (privado) de Previdência.

O caixa federal é composto por recursos originados de arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas, assim como de dinheiro originado da emissão de títulos públicos. Apesar de elevado, representando um volume semelhante ao orçamento primário anual, o uso desse dinheiro tem que obedecer as regras de gestão da dívida, de vinculações de recursos e a programação orçamentária e financeira do governo.

Especialista em contas públicas e ex-secretário de Política Econômica da Fazenda, Manoel Pires diz que a recuperação do caixa do governo reflete não só o repasse do lucro do BC, mas toda a mudança de humor do mercado financeiro internacional em decorrência principalmente da vacina contra a covid-19. Além disso, aponta, o Tesouro melhorou sua estratégia de gestão e está conseguindo emitir mais papéis com prazo um pouco mais longo, de dois a três anos.

O ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, também reconhece a melhora nas emissões de títulos e destaca também o bom comportamento da arrecadação nessa melhora de caixa, além da diminuição do gasto do governo após o período mais intenso da pandemia - por exemplo com a redução do auxílio emergencial.

Procurado, o Tesouro Nacional disse que realizou uma série de medidas para que fosse possível aumentar o volume de captação e ao mesmo tempo garantir o adequado funcionamento do mercado de títulos públicos. Entre elas, destacou a ação coordenada com o BC para dar maior disponibilidade de liquidez ao mercado, ajustes na oferta de títulos, esforço de comunicação com os investidores e a realização de emissão externa. “Como resultado, o Tesouro Nacional encerrou o ano de 2021 com recursos no colchão da dívida em volumes superiores às despesas de dívida previstas para o primeiro semestre de 2021”, diz a nota.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Lauro De Freitas

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Saiba como ter uma noite tranquila sem o vento do ar-condicionado.

SAMSUNG

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app

OLIST

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

Direção correta e momento também

Alíquota uniforme tem sido o padrão adotado pela maioria dos países que implantaram o IVA

Por **Bernard Appy e Bráulio Borges**

07/01/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas





— Foto: Pixabay

No último dia 10 de dezembro, o prof. José Roberto Afonso publicou artigo nesse jornal (“Hora errada, direção contrária”) criticando o momento e as diretrizes das propostas de reforma tributária em análise no Congresso Nacional, em especial da PEC 45/2019. Segundo o autor, a pandemia teria mudado completamente o ambiente para a discussão do tema, o que fez com que “ideias e projetos que até eram corretos e necessários para o velho normal (...) talvez não sejam prioritários ou até dificultem a emergência do novo normal.”

O artigo é uma metralhadora giratória de argumentos, mas basicamente esses revelam preocupações de duas ordens - com os impactos da reforma e com o momento da mudança -, que são analisadas a seguir.

Os efeitos da reforma tributária - na forma proposta na PEC 45 - não se sobrepõem aos efeitos da pandemia

Parte das preocupações dizem respeito aos impactos gerais da reforma, que poderia elevar o custo dos bens de capital e aumentar a tributação dos insumos do setor exportador - especialmente do agronegócio. Tais impactos decorreriam da incapacidade de garantir a devolução dos saldos credores, que segundo o autor, é uma realidade brasileira que não seria alterada pela reforma tributária.

Esses argumentos revelam desconhecimento do modelo proposto na PEC 45, que garante uma total desoneração dos investimentos e das exportações. Uma das grandes vantagens desse modelo é exatamente dar segurança absoluta da devolução dos créditos acumulados pelos contribuintes. Essa é a consequência do regime de arrecadação centralizada, no qual o montante do imposto correspondente aos créditos não é distribuído aos entes da federação, ficando disponível para ser devolvido aos contribuintes. Os detalhes do funcionamento do modelo proposto na PEC 45 constam de notas técnicas publicadas pelo Centro de

Cidadania Fiscal e vêm sendo objeto de discussões regulares com especialistas. Aproveitamos para convidar o prof. Afonso a participar dessas discussões.

Outras preocupações com o impacto da reforma manifestadas no artigo são de natureza setorial. De início, o autor critica a adoção de uma alíquota uniforme sobre bens e serviços, o que diferiria do adotado no resto do mundo (sendo que nos poucos países que têm alíquota única, essa seria baixa, da ordem de 10%). Em seguida argumenta que a adoção de alíquota uniforme oneraria a cesta básica, prejudicando os pobres, e teria impactos negativos sobre setores importantes na saída da pandemia, como o setor de saúde e os serviços digitais. Ambos os argumentos estão equivocados.

Em primeiro lugar, a adoção de alíquota uniforme não apenas é a recomendação de quase todos os especialistas em tributação do valor adicionado, como tem sido o padrão adotado pela maioria dos países que implantaram o IVA nos últimos 30 anos. Adicionalmente, países com grau de desenvolvimento semelhante ao do Brasil possuem IVAs com alíquota uniforme bem superior a 10%, como é o caso do Chile (19%) e da África do Sul (15%).

Em segundo lugar, não é verdade que a alíquota uniforme prejudicaria os pobres. Vários estudos demonstram que a adoção da alíquota uniforme teria impactos redistributivos favoráveis, pois hoje a cesta de consumo das famílias ricas (intensiva em serviços) é menos tributada que a cesta de consumo das famílias de menor renda, mesmo com a desoneração da cesta básica (ver, p. ex., Texto para Discussão Ipea nº 2530/2019). Indo além, a PEC 45 prevê um regime de devolução do imposto para as famílias pobres (isenção personalizada) que resultaria em um impacto distributivo ainda mais positivo e focalizado.

Por fim, cabe avaliar as preocupações com os impactos setoriais na saída da pandemia. Um bom sistema tributário não deve tributar os serviços digitais (como o comércio eletrônico) nem mais nem menos que os serviços tradicionais (como o comércio presencial). O que não é admissível é a distorção do sistema atual, em que a indefinição sobre a base de incidência do ICMS e do ISS dá margem a que parte dos serviços digitais seja pouco tributada, gerando distorções competitivas e perda de postos de trabalho.

De outro lado, a preocupação com o setor de saúde não se justifica, pois os efeitos da reforma tributária - na forma proposta na PEC 45 - não se sobrepõem aos efeitos da pandemia. De fato, entre a aprovação da PEC e o início de seus impactos setoriais haveria um prazo de, no mínimo, três anos e meio (um ano e meio para regulamentar a PEC e estruturar o novo modelo de cobrança e dois anos de teste). Nesse período, os impactos da pandemia certamente já terão sido superados, o que não impede que se discuta um eventual tratamento diferenciado para os setores de saúde e educação - não por serem serviços, mas pelo fato de que sua provisão privada reduz a demanda por serviços públicos.

Essa consideração nos leva à segunda preocupação do autor, que é com o momento da reforma. Se por um lado não haverá qualquer impacto setorial negativo por três anos e meio ou quatro, por outro os impactos macroeconômicos de médio prazo estimados por vários estudos são amplamente favoráveis. Além de promover uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos (setorial e regionalmente), a reforma tributária também tende a eliminar os elevadíssimos custos de transação associados à complexidade tributária, dentre outros impactos favoráveis sobre a produtividade agregada, o custo dos investimentos e a competitividade da produção nacional.

Com um PIB crescendo mais rápido, de forma sustentada (via ganhos de eficiência e aumento da relação capital/produto), também melhoram as perspectivas de solvência fiscal do país, desde que haja uma regra disciplinando o crescimento das despesas primárias. Tal efeito tende a ser antecipado, melhorando as expectativas e reduzindo os juros de longo prazo.

Não à toa, a OCDE, que já vinha recomendando uma reforma da tributação indireta na linha daquela proposta na PEC 45, reforçou essa recomendação em relatório recém-publicado sobre o Brasil, destacando que "(...) reformas para promover a competitividade, a produtividade e o comércio permitiriam uma recuperação mais robusta da crise da covid-19".

Bernard Appy e Bráulio Borges são, respectivamente, diretor do Centro de Cidadania Fiscal e pesquisador-associado do Ibre/FGV.

Endividamento das famílias é o maior desde 2010

Na Pesquisa da CNC divulgada ontem, a fatia de famílias com dívidas na média anual ficou em 66,5% em 2020, acima dos 64,6% de 2019

Por **Alessandra Saraiva** — Do Rio

07/01/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A parcela de famílias endividadadas registrou em 2020 o maior patamar anual desde 2010 devido à pandemia, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem, a fatia de famílias com dívidas na média anual ficou em 66,5% em 2020, acima de 2019 (64,6%). Foi a maior taxa anual para esse tópico, no levantamento, desde o início da série histórica em 2010, segundo a economista da confederação e responsável pela pesquisa, Izis Ferreira.

As famílias, afirmou ela, buscaram crédito para compor renda em um cenário de recursos reduzidos devido à crise econômica causada pela covid-19, com aumento de desemprego e menor renda do trabalho. E além disso, inflação mais forte. Izis não descartou possibilidade de continuidade de alta na parcela de endividadados no começo de 2021.

Na margem, a fatia de endividadados também encerrou em alta, no ano passado. Após três meses em queda, a fatia dos que se declararam com débitos ficou em 66,3% no último mês de 2020. Esse porcentual ficou acima de novembro de 2020 (66%) e de dezembro de 2019 (65,6%).

No caso dos indicadores de inadimplência, não houve piora na margem. Mas os resultados de dezembro de 2020 ainda se mostram piores ante 2019. A parcela de

endividados que declarou atraso no pagamento de contas ficou em 25,2%, menor que a de novembro de 2020 (25,7%), mas maior que a de dezembro de 2019 (24,5%). Já a parcela dos inadimplentes sem condição de quitar dívida ficou em 11,2%, também inferior a novembro de 2020 (11,5%) mas superior a dezembro de 2019 (10%).

Essa busca maior por empréstimos levou a um crescimento da fatia do orçamento das famílias para pagar dívidas.

Na pesquisa da CNC, a parcela de renda familiar mensal comprometida com dívidas, em dezembro do ano passado, ficou em 30,2%, a maior desde julho de 2020 (30,3%). Na média, em 2020, a taxa anual dessa parcela ficou em 30% - ligeiramente acima do registrado em 2019 (29,5%) e a maior desde 2017 (30,1%). Foi um ano atípico para as famílias em endividamento, disse a economista.

Ao ser questionada sobre continuidade de alta em parcela de endividados em 2021, Izis Ferreira foi cautelosa. Afirmou ser possível devido à continuidade de necessidade de compor orçamento. Ela lembra que, em 2021, não há mais auxílio emergencial, pago pelo governo desde meados do ano passado - no auge do impacto negativo na economia causado pela pandemia - e que supriu, em parte, o consumo interno em meio à crise. Além disso, o emprego no país não mostra sinais de retomada robusta.

Porém, outro aspecto tem que ser levado em conta nessa mesma questão, no entendimento da especialista.

Muitas dívidas contraídas em 2020 contavam com prazo de carência que se encerraria em 2021. Assim, com as incertezas no mercado de trabalho associada às incertezas sobre a evolução da pandemia no país, é possível que as famílias se mostrem mais cautelosas e menos dispostas a tomar novas dívidas, observou Izis.

Governo zera imposto de importação de seringas

Bolsonaro informou ainda que suspendeu a compra dos produtos “até que os preços voltem à normalidade”

Por Mariana Ribeiro e Eulina Oliveira — De Brasília e de São Paulo

07/01/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em meio a dificuldades para adquirir os insumos necessários para a campanha de vacinação contra a covid-19, o governo decidiu ontem zerar o imposto de importação que incide sobre agulhas e seringas. A alíquota aplicada anteriormente era de 16%. No mesmo dia, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, nas redes sociais, que suspendeu a compra de seringas “até que os preços voltem à normalidade”.

Na publicação, o presidente defendeu que, como houve interesse do Ministério da Saúde em adquirir seringas para seu estoque regulador, “os preços dispararam” e a pasta decidiu interromper as compras. Segundo ele, o Brasil consome 300 milhões de seringas por ano e é “um dos maiores fabricantes” do material.

Bolsonaro acrescentou que os Estados e municípios contam com estoque suficiente para dar início à imunização da população. “Estados e municípios têm estoques de seringas para o início das vacinações, já que a quantidade de vacinas num primeiro momento não é grande.”

Em nova crítica à imprensa, disse ainda que há uma “falácia” na divulgação de informações sobre as campanhas de vacinação no mundo. “Por volta de 44 países estão vacinando, contudo a Pfizer vendeu para muitos desses, apenas 10.000 doses. Daí a falácia da mídia como se estivessem vacinando toda a população.”

A decisão de zerar o imposto de importação vem em meio às tentativas do governo de evitar a falta de insumos para vacinação no país, um risco que vem sendo apontado por especialistas e pela indústria. A medida foi tomada pelo Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que se reuniu na terça-feira, de forma extraordinária, após um pedido do Ministério da Saúde. A votação virtual ficou aberta até as 13 horas de ontem.

Na reunião, o Comitê também suspendeu o direito antidumping vigente em desfavor das importações brasileiras de seringas descartáveis originárias da China. Vinha sendo cobrada sobretaxa de US\$ 4,55 o quilo. De acordo com o Ministério da Economia, tanto a redução tarifária quanto a suspensão valerão até 30 de junho de 2021.

Em nota, a pasta explicou que foi reduzido a zero o imposto para cinco itens - contemplando agulhas e seringas em cinco códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Assim, “os produtos passam a integrar a lista de reduções tarifárias temporárias com o objetivo de facilitar o combate à pandemia da covid-19”.

A relação de produtos com tarifa zerada no âmbito do combate à pandemia passa a conter 303 produtos, segundo a pasta. “O governo brasileiro monitora e promove ajustes na mencionada lista, tendo em conta a avaliação das circunstâncias epidemiológicas verificadas no país”, diz a nota.

Também para tentar garantir o abastecimento no país, na semana passada, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia já havia incluído seringas e agulhas na lista de produtos que dependem de “licença especial” para serem exportados, dificultando a venda externa desses itens. Luvas e máscaras de proteção, ventiladores, aparelhos respiratórios e outros itens usados no combate à covid-19 já precisavam dessa autorização especial.

Na ocasião, o Ministério da Saúde disse, em nota, que solicitou ao Ministério da Economia que interrompesse provisoriamente a exportação de seringas e agulhas, a exemplo do que já havia ocorrido com outros produtos. “Dessa forma, a pasta garantirá os insumos necessários para, somando às necessidades habituais do SUS,

viabilizar a ampliação da oferta de seringas e agulhas para atender ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19.”

A portaria veio após a fracassada tentativa da pasta, na semana anterior, de adquirir as seringas e agulhas. Só houve oferta para 7,9 milhões das 331 milhões de unidades que deveriam ser adquiridas por meio de pregão eletrônico, menos de 3% do total. Dados da Secex mostram que, em 2020 até novembro, o país importou US\$ 79,1 bilhões em agulhas e seringas como as atingidas pela medida que zerou o imposto de importação. No mesmo período, a exportação desses itens foi bem menor, somando US\$ 17,3 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Lauro De Freitas

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Saiba como ter uma noite tranquila sem o vento do ar-condicionado.

SAMSUNG

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

'País precisa aproveitar onda de liquidez e aprovar reformas'

Para Gabriel Leal de Barros, depois do 1º tri, investidores farão maior diferenciação entre emergentes

Por **Marta Watanabe e Ana Conceição** — De São Paulo

07/01/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas





Barros: Avanço da vacinação vai separar joio do trigo; os investidores vão separar emergentes com fundamentos bons e ruins — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

Até o fim do primeiro trimestre de 2021 a onda de liquidez global na qual os mercados brasileiros surfam deve chegar ao fim. Congresso e Executivo deveriam aproveitar o período para encaminhar medidas estruturais de redução de despesas e garantir a cobertura do teto de gastos, afirma Gabriel Leal de Barros, especialista em contas públicas e economista-chefe da gestora RPS Capital. A partir do segundo trimestre, com o avanço da vacinação no mundo, os investidores devem tornar-se mais seletivos com os emergentes, diz ele.

Para ele, a maioria dos democratas no Senado americano, devido à vitória do partido nas eleições para duas vagas no Estado da Geórgia, “deve implicar uma política fiscal mais expansionista, e isso fomenta um mundo com disposição maior para o risco, beneficiando os mercados emergentes”. O processo de alta dos juros nos EUA deve ocorrer na esteira desse movimento, diz Barros, mas isso se daria apenas depois de uma aceleração mais forte da inflação.

“

É preciso ver o global nos ajudando e a janela de oportunidade. Se perdermos isso, será um erro gigante”

O Brasil não fez nenhuma reforma estrutural recente, e desde o fim de novembro está sendo carregado pelo resto do mundo, observa ele. “Há uma liquidez cavalari e uma corrida por emergentes. Dá para ter essa conjuntura até o primeiro trimestre e sobreviver assim até lá. Mas o avanço da vacinação vai separar o joio do trigo. Os investidores vão separar os emergentes com fundamentos macro bons dos ruins. A euforia vai acabar”.

Ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Barros defende como prioridade uma discussão em separado dos gatilhos do teto de gastos. Em segundo lugar viria a reforma tributária. “Com uma boa PEC dos gatilhos, teríamos horizonte fiscal até 2022. O teto não ruiria”. E uma boa reforma tributária, diz, daria resultados num prazo curto, de quatro anos, em termos de investimento e crescimento da economia. A reforma administrativa e a do Pacto Federativo viriam depois. A seguir, os principais trechos da entrevista.

“

Estudo mostra que a partir do quarto ano reforma tributária já faz diferença em investimentos e crescimento ”

Valor: *Como a eleição para a presidência da Câmara e do Senado deve influenciar a agenda econômica em 2021?*

Gabriel Leal de Barros: A retomada da agenda de reformas em 2021 depende da presidência das Casas, que têm o poder de pautar. Se o foco for em agenda de costumes, perderemos uma baita oportunidade. O mercado tem estado otimista porque os estímulos do Federal Reserve, do Banco do Japão, do Banco Central Europeu são gigantescos. Há liquidez cavalari e uma corrida pelos emergentes. Não fizemos nenhuma reforma estrutural e estamos desde novembro pegando carona no resto do mundo. Teremos essa conjuntura até o fim do primeiro trimestre, mais ou menos, e podemos sobreviver assim até lá.

Valor: *Por que só até o primeiro trimestre?*

Barros: A partir de 2021, boa parte dos países terá algum avanço da vacinação, incluindo emergentes. Será o momento de separar o joio do trigo. Os investidores

vão separar emergentes com fundamentos macro bons dos que têm fundamentos ruins. E, neste momento, qual o potencial do Brasil? Essa euforia [no mercado brasileiro] tem uma hora para acabar.

Valor: *E qual deve ser o impacto da maioria do Partido Democrata no Senado americano sobre o mercado global? Pode levar a um período menos prolongado de juros globais mais baixos, pela perspectiva de maiores estímulos fiscais?*

Barros: A vitória democrata pode até reforçar a tese de dólar fraco e maior fluxo e liquidez para os emergentes. Ela deve implicar uma política fiscal mais expansionista, e isso fomenta um mundo com maior disposição para o risco, beneficiando os mercados emergentes. O início do processo e normalização da política monetária deve ocorrer na esteira desse movimento, mas entendo que somente depois da inflação ter acelerado para um patamar acima da meta do Fed [de 2%] ou seja, ocorreria apenas mais para frente.

Valor: *Há o risco de se achar que está tudo bem e as reformas não caminharem?*

Barros: No governo Lula I e metade do Lula II, até 2008, houve como benefício um cenário global favorável, com os termos de troca em patamar muito positivo em razão da fortíssima demanda por commodities. Pegamos carona no cenário global benigno, apesar de termos feito algumas, porém tímidas e insuficientes reformas estruturais. A partir de 2009, revisitado em 2012, a estratégia mudou e apostamos em novo arranjo de política econômica, com substancial crescimento das renúncias fiscais, excesso de microgerenciamento, custos irrecuperáveis em alguns setores como o elétrico e naval e houver a perda da âncora fiscal. Tentamos ir por um caminho que sempre deu errado. E deu errado de novo. É preciso olhar para fora e enxergar quando o global está nos ajudando e o tamanho da janela de oportunidade. Se perdermos isso, será um erro gigante. Neste momento, não precisamos nem fazer uma reforma “first best”. Se fizermos uma “second best”, subótima, seria bom.

Valor: *O que é uma reforma subótima?*

Barros: Pega o pacote DDD [desvincular, desindexar, desobrigar] do Paulo Guedes. É forte. Congela benefícios até um salário mínimo, acima dele, congela e agrega gastos de saúde e educação, o que tecnicamente faz sentido. Mas politicamente não passa. Tem redução de salário de servidor. O [presidente da Câmara] Rodrigo Maia tinha sinalizado que [congelar benefícios] acima de um salário mínimo ele topava. Só isso são R\$ 19 bilhões. Por que é tanto dinheiro? Porque o INPC, que corrige os benefícios acima do salário mínimo, será em torno de 5,2% em 2020. E há um problema de descasamento com o teto de gastos corrigido por 2,13% [o IPCA até junho de 2020 em 12 meses]. Cerca de 55% dos gastos dentro do teto serão corrigidos pelo INPC: toda a Previdência, o Benefício de Prestação Continuada, o abono salarial, o seguro-desemprego. O piso está subindo e estrangulando as despesas discricionárias. Calculo que o buraco é de R\$ 26 bilhões, um problema enorme para 2021. Em 2022, isso se reverte. A inflação será alta até junho de 2021 e corrigirá o teto de 2022. Então, se assume que o teto fica em pé em 2022.

Valor: *Essa discussão sobre manutenção do teto não pode ficar pendente até 2022, com uns puxadinhos aqui e ali, sem ser resolvida?*

Barros: Existe o risco. Dependerá da agenda econômica e da disposição dos novos presidentes da Câmara e do Senado. O Centrão parece não ter convicções econômicas. Não está claro qual é a agenda. Assim, alguma flexibilização fiscal deve acontecer. O governo deve ter dificuldade de tapar o “gap” [de R\$ 26 bilhões] e algum gasto vai transbordar para fora do teto. A questão toda é como e quanto. Acho isso ruim, acredito que a regra tem que ser cumprida preto no branco. Mas pensando com a cabeça do mercado, se a goteira no teto for pequena e o governo souber fazer, o mercado tende a aceitar.

Valor: *As medidas emergenciais para a pandemia podem justificar uma goteira?*

Barros: O acórdão da recente decisão do Tribunal de Contas da União [TCU] traz duas decisões importantes. O TCU reverteu uma autorização dada no ano passado para reduzir o estoque de restos a pagar. Ele diz que foi só uma recomendação e não uma obrigatoriedade. O governo não é obrigado a reduzir. O tribunal liberou o governo a aumentar os estoques de restos a pagar.

Valor: *Para ser executado no ano que vem sem interferir no teto de 2021, certo?*

Barros: Isso. Uma das coisas que o TCU decidiu foi que podem ser acumulados [para o ano seguinte] mais restos a pagar de despesas processadas de 2020. E quando for executado [se for do orçamento ordinário], vai estar sujeito ao teto. A outra decisão foi do orçamento de guerra, onde estão os [restos a pagar anunciados pelo governo federal de] R\$ 31,6 bilhões. Do orçamento de guerra, o que escorregar fica fora do teto.

Valor: *Isso está claro na decisão?*

Barros: Foi escrito de um jeito que não está claríssimo, deixou uma brecha. O TCU não limitou o valor do orçamento de guerra a um ou outro benefício. Se for aberto o crédito extraordinário no âmbito do orçamento de guerra e sobrar, pode usar. Até o fim de dezembro havia mais de R\$ 80 bilhões sobrando. No limite, do jeito que está escrito, o governo pode escorregar esse valor para 2021 fora do teto.

Valor: *O mercado aceitaria esse valor? Quanto aceitaria?*

Barros: Não aceita. É difícil saber, mas acho que R\$ 15 bilhões são viáveis. A questão não é só cumprir o teto. Você pode cumprir, com goteiras no teto. Mas seria horrível, o cristal racha. O regime fiscal perde o “enforcement”. Qual o sentido de ter um teto com a credibilidade machucada? Resolve pouco.

Valor: *Então não faria sentido discutir uma reforma no teto já?*

Barros: Não. Porque creio que ainda há espaço para reduzir gastos. Vai chegar um momento que não tem mais onde cortar despesa, e aí tudo bem, se rediscute o teto. O custo de discutir uma flexibilização agora é muito grande. Imagine para onde vai o câmbio, o risco-país, a inflação. Aparentemente, nos R\$ 31,6 bilhões [que o governo federal indicou como restos a pagar do orçamento de guerra] estão contemplados R\$ 20 bilhões da vacina contra a covid-19. Se for R\$ 31,6 bilhões mais R\$ 20 bilhões da vacina, o mercado vai estressar. Qual é a justificativa para estar fora do teto? É a vacina? Tudo bem, podem ser R\$ 50 bilhões da vacina. Agora, fora a vacina ainda tem um caminhão de dinheiro. Aí, não.

Valor: *O mercado aceitaria o auxílio emergencial?*

Barros: Acho que não. O ideal é que o projeto do Tasso [Jereissati-PSDB], que está no Senado, seja aprovado. O projeto é muito bom, funde várias políticas e não canibaliza o teto. Liquidamente, o gasto é igual, não se está criando um centavo de gasto novo. Então é importante ver como vai ser o processo político no Senado.

Valor: *Mas parece que o mercado sempre se ajusta, não? Na reforma da Previdência, o potencial de economia era gigantesco, mas o resultado final foi menor. Na discussão do teto há alguns anos, o mercado pregava ajuste mais rápido e saiu um em dez, 20 anos.*

Barros: É preciso uma gestão de expectativas. O BC faz gestão de expectativas de política monetária. Mas quem faz a da política fiscal? Alguém tem que fazer. Talvez a Secretaria de Política Econômica, que tem o Prisma Fiscal. O Tesouro poderia ajudar. Tem muita coisa que é comunicação. O mercado precisa de uma diretriz. É complicado porque muita coisa precisa passar pelo lado político. Mas tem espaço para melhorar as expectativas da política fiscal e isso ajuda a evitar ruídos. Se as expectativas forem ancoradas, o ganho é tremendo e dá para mensurar isso. É possível fazer o contrafactual. Por exemplo, o governo não fez a gestão das expectativas, mas a política fiscal acabou dando certo. Depois que deu certo como é que a curva de juros reagiu? Imagine verificar quanto não se teria ganho com a gestão nesse período. É um caminhão de dinheiro de quanto se pagou a mais de juros nos títulos e leilões ao mercado.

Valor: *Que medidas de cortes de gastos poderiam ser tomadas?*

Barros: A MP do pente fino foi aprovada e dá para economizar R\$ 10 bilhões só com isso. O governo também deveria investir no uso de Big Data, que permite juntar dados das secretarias e ministérios e cruzar as bases de dados, hoje espalhadas, o que facilita fraudes. Estatais dependentes são outro problema. Se enxugar, economiza outros R\$ 15 bilhões. O gasto com pessoal e custeio dessas estatais cresce de forma assustadora. E não precisa de reforma administrativa. Só dependeria do gestor.

Valor: *Há um risco maior de paralisação dos serviços públicos neste ano, por causa do buraco de R\$ 26 bilhões?*

Barros: Sim. Mas há várias coisas que afetam essa análise. Se o governo está reduzindo algumas despesas administrativas e fica mais barato operar, ganha-se tempo. Tem sido feita alguma coisa, como o Taxigov, a melhoria de processos de compras públicas. O próprio home office economizou recursos. Isso torna essa análise bem dinâmica. Tem que acompanhar mês a mês. Mas acho que tem risco real. Já tivemos episódios de “shutdown”: o caso dos passaportes, as bolsas do CNPq e da Capes, redução do Minha Casa, Minha Vida. As despesas discricionárias, sem emendas parlamentares, estavam em cerca de R\$ 100 bilhões quando tivemos esses problemas. Corrige-se em termos reais, imaginando que não houve redução e faz a conta de quanto seria em 2021. Este ano o risco é maior por conta do descasamento [da correção do teto e das despesas]. Tem 55% do gasto crescendo mais que o dobro do teto e tem os R\$ 7 bilhões da prorrogação da desoneração da folha.

Valor: *A PEC Emergencial, mesmo valendo, não acionaria o gatilho de redução de gastos porque a despesa obrigatória deve ficar abaixo dos 95% em 2021. É uma falha?*

Barros: A PEC está mal escrita. O ideal seria acionar gatilhos usando como referência as despesas sujeitas ao teto e não todas as despesas primárias. Entre as reformas, a prioridade absoluta é a PEC Emergencial, por causa dos gatilhos. Mas não precisamos ficar presos a ela. Podemos ter apenas uma PEC que consiga antecipar os gatilhos do teto. Há a PEC 438 [chamada de PEC da regra de ouro], que já foi aprovada na comissão especial da Câmara. Se estiver mais difícil no Senado e mais fácil na Câmara, poderia se usar a PEC 438, que está mais adiantada, e eventualmente se faz uma emenda aglutinativa no Senado, já que a Emergencial está lá há mais de um ano e não anda. Se o governo der sinais de que priorizará a antecipação dos gatilhos e o mercado acreditar, ajuda muito no câmbio, no controle da inflação, na curva de juros. Seria um sinal de que se quer cobrir o teto de verdade, sem goteiras.

Valor: *E depois dos gatilhos o que seria prioridade?*

Barros: Eu elegeria a reforma tributária. Se tivermos uma boa PEC dos gatilhos, teremos horizonte fiscal até 2022. Fazemos a parede sabemos que o teto não irá

ruir. Com uma reforma tributária, o ganho micro de produtividade e custo de compliance e PIB potencial é enorme e o mercado antecipa isso. Há um estudo do Pedro Cavalcanti, da FGV do Rio, que calculou o efeito de uma reforma com IVA. As pessoas acham que reforma tributária só dará resultado daqui a 20 anos, mas esse estudo mostra que a partir do quarto ano já faz muita diferença em termos de investimento e crescimento da economia. E pode até ser mais rápido se for uma boa reforma. Reforma administrativa, Pacto Federativo eu deixaria para depois. Porque o PLP 101 [aprovado no Congresso em dezembro] conseguindo harmonizar a contabilidade pública, acho um golaço.

Valor: *E o caminho de reforma seria na tributação de consumo, então? Um IVA que inclua ICMS dos Estados e ISS dos municípios?*

Barros: Sim. A grande dificuldade de um IVA nacional sempre foram os Estados e municípios. Eles estão aceitando as condições. A PEC 45 não tira a autonomia deles. Tira para fazer coisas erradas. O governador e o prefeito continuarão podendo fazer gestão sobre a arrecadação deles, porque há uma alíquota de referência e há um intervalo com alíquota mínima e máxima na qual se poderá oscilar. É só aprovar o projeto de lei no Legislativo. E tem o fundo de desenvolvimento regional. Parte da PEC do Pacto Federativo será coberta por uma boa reforma tributária.

Valor: *E Estados e municípios tiveram muita ajuda da União em 2020. O Tesouro aponta melhora geral de contas, inclusive nos ratings. Isso vai ajudar municípios no início dos novos mandatos?*

Barros: Acho que ajuda porque é um caminhão de dinheiro, mas por pouco tempo, por três ou quatro meses. Depois que o dinheiro for queimado, começa a realidade a bater na porta. No segundo semestre acabou isso, sendo otimista. Até antes, em abril. No governo federal há espaço para fazer reformas. Mas em Estados e municípios conseguimos contar nos dedos quais os Estados fizeram uma boa reforma da previdência. Administrativa, então, ninguém fez de verdade, só o Rio Grande do Sul.

Valor: *E o sr. mencionou o PLP 101, que cria um plano de reequilíbrio a Estados e municípios. Há risco de as contrapartidas não serem cumpridas, como aconteceu o teto de gastos na renegociação de dívidas de 2016?*

Barros: Muitos entes alegaram que a vinculação constitucional para gastos em saúde e educação criou dificuldade para cumprir o teto de gastos correntes no período, mas tivemos sete Estados que cumpriram o compromisso. A narrativa, portanto, não justifica o descumprimento. O PLP 101 é positivo, vai na direção correta ao, por exemplo, centralizar a conta única e extinguir o saldo de recursos nos outros poderes acumulados por meio dos duodécimos. Mas, diante do nosso passado, em que as contrapartidas não foram cumpridas e as penalidades judicializadas, sou cético quanto ao “enforcement”. Se nós tivermos uma atuação séria, independente e republicana por parte dos tribunais de contas, aí sim poderíamos ser mais otimistas quanto aos efeitos positivos da proposta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Entenda a importância do Feedback humanizado

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Colchão Casal 25cmx138cmx188cm de Molas Maxspring Barry Espresso Móveis Bege

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

LINK PATROCINADO

Profissionais de RH procuraram a Zenklub e se surpreenderam

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Lauro De Freitas

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário